

# Um Argumento Negligenciado para a Realidade de Deus

Charles Sanders Peirce

## I

[452] A palavra “Deus”, assim “em maiúscula” (como nós americanos dizemos), é o nome próprio definível, significando *Ens necessarium*<sup>1</sup>: segundo minha crença, Realmente criador de todos os três Universos de Experiência.

Algumas palavras deverão aqui dentro ser escritas em maiúscula quando usadas, não segundo o vernáculo, mas como termos definidos. Assim, uma “idéia” é a substância de um pensamento ou fantasia unitários atuais; mas “Idéia”, – mais próxima das idéias de Platão<sup>2</sup> de *ἰδέω* [*idea*], – denota tudo cujo Ser consista em sua mera capacidade de ser completamente representado, sem considerar a faculdade ou a impotência de qualquer pessoa para representá-la.

[453] “Real” [*Real*] é uma palavra inventada no século XIII para significar ter Propriedades, isto é, ter características suficientes para identificar seu sujeito, e possuí-las quando forem ou não a ele atribuídas, de qualquer modo, por qualquer homem singular ou por qualquer grupo de homens. Assim, a substância de um sonho não é Real, já que, simplesmente em [o fato de] que um sonhador assim o sonhou, ele foi tal como foi<sup>3</sup>; mas o fato do sonho é Real, se ele foi sonhado; uma vez que seja assim, sua data, o nome do sonhador etc. formam um conjunto de circunstâncias suficientes para distinguí-lo de todos os outros eventos; e estas pertencem a ele, isto é, seriam verdadeiras se

---

1. N.T.: Em latim, no original; “ente necessário”. C.P.: [;].

2. N.T.: Platão (c. 427 – c. 347 a.C.), filósofo grego, foi discípulo de Sócrates (c. 469 – c. 399 a.C.) e mestre de Aristóteles (385 ou 384 – 322 a.C.). Dentre seus escritos que chegaram a nós, os mais famosos são os diálogos, entre os quais estão *Apologia de Sócrates* (c. 380 a.C.), *Crátilo* (c. 387 a.C.), *Sofista*, *Político* (c. 367) e *Leis* (c. 360 a.C.).

3. N.T.: No trecho “em [o fato de] que” o uso de colchetes pretende indicar certa sutileza sintática da construção original: “[...] *the substance of a dream is not Real, since it was such as it was, merely in that a dreamer so dreamed it; but the fact of the dream is Real, if it was dreamed* [...]”. A locução “*in that*”, aqui, não assume somente função pronominal ou adverbial, mas está como conjunção subordinativa, podendo ser simultaneamente causal (“o sonho foi tal como foi porque o sonhador assim o sonhou”), conformativa (“o sonho foi sonhado conforme o sonhou o sonhador”), integrante (“o sonho foi sonhado, aquele que o sonhador o sonhou”) e consecutiva (“o sonho foi sonhado que o sonhador sonhou”). A tradução de S. Barrena traz: “*Así, la sustancia de un sueño no es Real, ya que era lo que era solamente en tanto que el soñador lo soñó; pero el hecho del sueño es Real, si fue soñado* [...]”; a de L. Varela: “*Así, la sustancia de un sueño no es Real, porque era lo que era por el simple hecho de que alguien lo soñó* [...]”.

predicadas dele, se *A*, *B* ou *C* Atualmente as assegurem ou não. O “Atual”<sup>4</sup> é aquilo que é encontrado no passado, presente ou futuro.

[454] Uma “Experiência” é um efeito consciente brutalmente produzido que contribui para um hábito autocontrolado, por deliberação, e assim tão satisfatório, de modo que não seja destrutível por nenhum exercício positivo de vigor interno. Uso a palavra “autocontrolado” para “controlado pelo si próprio do pensador” [*controlled by the thinker's self*], e não para “descontrolado” [*uncontrolled*], exceto em seu próprio autodesenvolvimento, isto é, automático, tal como o Professor J. M. Baldwin<sup>5</sup> usa a palavra<sup>6</sup>. Tome-se por ilustração a sensação sofrida por uma criança que coloque seu dedo indicador em uma chama, com a aquisição de um hábito de manter todos os seus membros longe de todas as chamas. Uma compulsão “Bruta” é aquela cuja eficácia imediata de maneira alguma consista na conformidade à regra ou à razão.

[455] Dos três Universos de Experiência familiares a todos nós, o primeiro compreende meras Idéias, aqueles nadas aéreas aos quais a mente do poeta, do puro matemático ou outro qualquer *poderia* dar habitação local e um nome dentro dessa mente<sup>iii</sup>. A própria nadidade airosa [*airy-nothingness*] delas, o fato de seu Ser consistir na mera capacidade de ser pensado, não em serem pensadas Atualmente por alguém, preserva a sua Realidade. O segundo Universo é aquele da Atualidade Bruta de coisas e fatos.

- 
4. N.T.: Optei por traduzir a palavra “*actual*” pelo cognato exato em português, mantendo, como Peirce, a mesma palavra para o termo vernacular, bem como para o “termo definido”, diferenciando-os também apenas pela letra inicial maiúscula. Na tradução de S. Barrena os cognatos “*actual*” e “*actualmente*” são usados apenas para os termos definidos, e “*efectivamente*” para “*actually*” no vernáculo; a de L. Varela mantém sempre “*actual*” e “*actualmente*”. Acerca do termo em português, consulte-se o que apresenta o *Dicionário Houaiss*: “ATUAL – *adjetivo de dois gêneros*: 1. que vigora, se obtém, ou se realiza na época presente; 2. que se quadra com a mentalidade, tendências etc. do presente; não ultrapassado; 3. que é presente, que existe; efetivo, real; 4. *Rubrica: filosofia*: no *aristotelismo*, que se encontra em ato; que adquiriu a sua forma final, plena, acabada; que manifestou todas as suas potencialidades (Obs.: p. opos. a *potencial*); 5. *Rubrica: lingüística*: relativo a qualquer ato de fala (ou *parole*, na oposição saussuriana *langue/parole*)”.
  5. N.T.: James Mark Baldwin (1861-1934), psicólogo estadunidense, um dos fundadores da *American Psychological Association* em 1892, foi um dos expoentes da psicologia experimental do fim do século XIX e início do século XX. Imaginou uma doutrina chamada “pancalismo”, segundo a qual somente a contemplação estética poderia dar uma compreensão da realidade inteira, dissolvendo, por isso, as oposições entre mecânico e vital, psíquico, mental e material, empírico e abstrato. Escreveu, dentre outras obras, *Handbook of Psychology: Senses and Intellect* [*Manual de Psicologia: os Sentidos e o Intelecto*] (1889), *Handbook of Psychology: Feelings and Will* [*Manual de Psicologia: os Sentimentos e a Vontade*] (1891) e *Philosophy: Its Relation to Life and Education, Inaugural Address* [*Filosofia: Sua Relação com a Vida e a Educação, Aula Inaugural*] (1890). Também organizou um dicionário temático de filosofia e psicologia para o qual Peirce escreveu vários artigos. A respeito, ver nota [xi], *infra*.
  6. C.P.: “*I use the word ‘self-controlled’ for ‘controlled by the thinker's self,’ and not for ‘uncontrolled’ except in its own spontaneous, i.e. automatic, self-development, as Professor J. M. Baldwin uses the word.*”

Confio que seu Ser consiste em reações contra forças Brutas, não obstante objeções temíveis até que sejam minuciosa e suficientemente examinados. O terceiro Universo compreende tudo cujo Ser consista no poder ativo para estabelecer conexões entre diferentes objetos, especialmente entre objetos em Universos diferentes. Assim é tudo o que é essencialmente um Signo, – não o mero corpo do Signo, que não é essencialmente assim, mas, por assim dizer, a Alma do Signo, que tem seu ser em seu poder de servir como intermediário entre seu Objeto e uma Mente. Assim, também, é uma consciência viva, e assim a vida, o poder de crescimento de uma planta. Assim é uma instituição viva, – um periódico diário, uma grande fortuna, um “movimento” social.

[456] Um “Argumento” é qualquer processo de pensamento razoavelmente tendente a produzir uma crença definida. Uma “Argumentação” é um Argumento procedente de premissas precisamente formuladas.

[457] Se Deus Realmente for, e for benigno, então, em vista da verdade geralmente aceita de que, se a religião, fora ela, não obstante, provada [*were it but proved*], [ela] seria um bem sobrepujando a todos os outros, deveríamos naturalmente esperar que houvesse algum Argumento para a Sua Realidade que devesse ser óbvio para todas as mentes, altas e baixas da mesma maneira, as quais deveriam sinceramente se empenhar para encontrar a verdade da matéria,<sup>7</sup> e, por conseguinte, de que este Argumento deveria apresentar sua conclusão não como uma proposição de teologia metafísica, mas em uma forma diretamente aplicável à conduta da vida, e plena de nutrição para o mais alto crescimento do homem. Aquilo a que me referirei como o A. N. – o Argumento Negligenciado – parece-me preencher melhor essa condição, e eu não deveria me admirar se a maioria daqueles cujas próprias reflexões segaram a crença em Deus devesse abençoar a radiância do A. N. por aquela riqueza. Sua persuasividade é não menos do que extraordinária; simultaneamente, não é desconhecido de ninguém. Todavia, de todos aqueles teólogos (dentro da minha pouca amplitude de leitura) que, com assiduidade louvável, amontoam pouco a pouco, juntas, todas as razões sólidas que possam achar ou confeccionar para provar a primeira proposição da teologia, poucos mencionam esta, e estes, muito brevemente. Eles provavelmente compartilham daquelas noções correntes de lógica que não reconhecem outros Argumentos além de Argumentações.

[458] Há uma certa ocupação mental apazível que, por não possuir nome distintivo, infiro que não seja tão comumente praticada quanto merece; pois, tolerada moderadamente, – digamos, durante algo como cinco ou seis por cento do tempo desperto de alguém, talvez durante um passeio, – é suficientemente recreativa [*refreshing*], mais do que para recompensar o dispêndio. Porque não envolve propósito algum, salvo aquele de pôr de lado todo propósito sério, algumas vezes estive meio inclinado a chamá-la *rêverie*<sup>8</sup>, com alguma qualificação; mas para um estado mental tão antípoda ao vagar e ao sonhar [*dreaminess*], uma tal denominação seria de um desajuste sobremaneira excruciante. De fato, é Puro Jogo. Ora, Jogo é, todos sabemos, um exercício vívido das forças de alguém. O Puro Jogo não tem regras, exceto esta própria lei de liberdade. O vento sopra onde quer<sup>iv</sup>. Não possui propósito, a não ser a recreação [*recreation*]. A

7. C.P.: [:].

8. N.T.: Em francês no original; algo como “sonho”, “fantasia”, “quimera”, “delírio, devaneio”.

ocupação particular que quero dizer, – uma *petite bouchée*<sup>9</sup> dos Universos, – pode tomar ou a forma de contemplação estética, ou aquela de construir castelos distantes (seja na Espanha ou dentro do próprio treino moral de alguém), ou aquela de considerar alguma maravilha em um dos Universos, ou alguma conexão entre dois dos três, especulando acerca de sua causa. É esta última espécie – chamá-la-ei, no geral, “Devaneio” – que eu particularmente recomendo, porque florescerá em tempo no A. N.. Quem se senta com o propósito de se tornar convencido da verdade da religião não está, evidentemente, inquirindo com singeleza científica de coração, e deve sempre suspeitar de si mesmo de estar raciocinando de maneira desonesta [*unfairly*]. Então, ele nunca pode atingir a inteireza mesmo da crença de um físico em elétrons, posto que isto seja manifestamente apenas provisório. Mas deixe que à meditação religiosa seja permitido crescer espontaneamente do Puro Jogo sem qualquer brecha de continuidade; e o Devaneador reterá o candor perfeito próprio ao Devaneio.

[459] Se alguém que se determinou testar o Devaneio como uma recreação favorita me pedisse um conselho, eu deveria responder como se segue: A aurora e o crepúsculo deveras convidam ao Devaneio; mas não encontrei vigília alguma do *nychthémeron*<sup>10</sup> que não tenha suas próprias vantagens para a sua busca. Começa de maneira bastante passiva, bebendo na impressão de algum recanto em um dos três Universos. Mas a impressão logo passa à observação atenta, a observação ao devanear, o devanear a um vívido toma-lá-clá-cá de comunhão entre si e si. Se às observações e reflexões de uma pessoa é permitido a elas mesmas se especializarem em demasia, o Jogo será convertido em estudo científico; e isto não pode ser perseguido em meias-horas acidentais.

[460] Eu deveria acrescentar: Adere ao único ordenamento do Jogo, a lei de liberdade. Posso atestar que o último meio século, ao menos, nunca esteve em falta de tribos do *Sir Oracles*, mascateando brocardos<sup>11</sup> para interditar uma ou outra trilha de inquirição;

9. N.T.: Em francês no original; literalmente, “pequeno bocado”, “bocadinho”.

10. N.T.: A Segunda Epístola de São Paulo aos Coríntios traz, em 11:25: “σθίλι ἐθθ’ ἀχίρπιμυ ἀό οἱ ἐκ κηπάρπιμυ σθίλι ἐμ’ τάρφιρ’ ἔμ’ τβπῆλδθνμῖ ἐμ’ σθῖ ἀτπῖ οδονίγς”. [Três vezes fui flagelado, uma vez, apedrejado, três vezes naufraguei. Passei um dia e uma noite em alto-mar]. A palavra grega “μτβπῆλδθνι” - *nychthémeros* - significa o período de vinte e quatro horas, literalmente “durando um dia e uma noite”, de acordo com a *Greek-English Lexicon* de H. G. Lidell e R. Scott. A tradução de Sara Barrena traz: “*pero no he encontrado ninguna hora de las veintecuatro que no tenga sus propias ventajas para este propósito*”; a de Lía Varela: “*pero no he encontrado período de nyctemerón que no tenga sus propias ventajas para esta ocupación.*”

11. N.T.: No original: “*I can testify that the last half century, at least, has never lacked tribes of Sir Oracles, colporting brocards to bar off one or another roadway of inquiry [...]*”. O verbo “*to colport*” é um galicismo, vem do francês “*colporteur*”, que significa “vender bugigangas sem importância, vender mercadorias pela rua; vender no atacado”. Em português, o melhor equivalente parece ser *mascatear*, ou *biscatear*, verbos usados para se referir à camelotagem, como se diz no Brasil. “Brocardo” significa, segundo o *Dicionário Houaiss*, “axioma ou aforismo jurídico; qualquer axioma ou aforismo, máxima”. “*Sir Oracles*” poderia ser traduzido por “Sr. Oráculos”; no entanto, preferi não fazê-lo, para tentar preservar melhor a ironia desta passagem.

e seria necessário um Rabelais<sup>12</sup> para liberar toda a graça que foi empacotada em seus ares de infalibilidade. Auguste Comte<sup>13</sup>, não obstante ele haver produzido, ao que parece [*apparently*]<sup>14</sup>, algum pensamento inquestionavelmente genuíno, foi, durante muito tempo, o chefe de uma associação dessas. A voga de cada uma dessas máximas particulares foi necessariamente breve. Pois qual distinção se pode ganhar repetindo adágios ouvidos de todas as bocas? Nenhuma moda ultrapassada parece mais grotesca do que uma *panache*<sup>15</sup> de sabedoria obsoleta. Lembro-me dos dias quando a moda era pronunciar que nenhuma ciência deve emprestar os métodos de outra: o geólogo não deve usar um microscópio, nem o astrônomo um espectroscópio. A ótica não deve se meter com a eletricidade, nem a lógica com a álgebra. Mas vinte anos mais tarde, se você

- 
12. N.T.: François Rabelais (1494-1553), ex-monge, ex-advogado, médico e humanista eminentemente para seus coetâneos, grande escritor e dramaturgo para a posteridade, autor de *Les Cinq Livres de la Vie, Faits et Dicts Heroïques de Gargantua, et de son Fils Pantagruel* [*Os Cinco Livros da Vida, dos Feitos e Ditos Heróicos de Gargantua e de seu Filho Pantagruel*] (1569). Usava como pseudônimo o anagrama Alcofribas Nasier. O interesse que suscitou em, por exemplo, Lucien P. V. Febvre (1878-1956) e Mikhail Bakhtin (1895-1975), pode ilustrar sua importância ainda hoje.
13. N.T.: Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês, criador do positivismo, um dos pensadores do século XIX que deram à sociologia estatuto de investigação autônoma. Desenvolvido por inúmeros epígonos, o positivismo se propõe a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas. Dentre as obras de Comte estão o *Cours de Philosophie Positive* [*Curso de Filosofia Positiva*] (1830-1842) e o *Système de Politique Positive, ou Traité Instituant la Religion de l'Humanité* [*Sistema de Política Positiva, ou Tratado Instituinto a Religião da Humanidade*] (1852).
14. N.T.: Esta passagem merece explicação. A palavra "*apparently*" tem dois significados, ambos cabíveis no contexto. Como o adjetivo original "*apparent*" significa "aparente, fácil de se perceber" e, por extensão, "evidente", o advérbio dele derivado pode significar também "evidentemente", "é claro que". Dessa maneira, conforme a aceção escolhida, muda o tom da afirmação de Peirce.
15. N.T.: Há pelo menos três possibilidades de interpretar a palavra "*panache*" neste contexto. O verbo a ela relacionado é "*panacher*", cujos sentidos mais imediatos são "empenachar", "matizar" ou, até mesmo, "misturar". Em uma tradução mais literal, Peirce estaria falando do *penacho* que ainda ostentam certas doutrinas envelhecidas, a metáfora tendo sentido figurado de "brio, mérito, glória". A ironia, então, seria: nada mais grotesco do que a vanglória de doutrinas ultrapassadas. Entretanto, é comum que as aliterações do francês para o inglês não tragam consigo os acentos originais. A palavra acentuada – "*panache*" – é um adjetivo, também derivado do mesmo verbo, significando literalmente "empenachado", por extensão, com sentido figurado de "colorido, multicolor", e ainda, "mistura, mescla, miscelânea", como na expressão "*glace panachée*", "mistura de sorvetes". Assim, teríamos, ao menos, os dois sentidos irônicos: nada mais grotesco do que o colorido, isto é, o matiz, o aspecto que aparenta uma teoria ultrapassada; ou ainda, nada mais grotesco do que uma miscelânea de teorias ultrapassadas. S. Barrena mantém a palavra no texto, indicando em nota: "*Mezcla. En francés en el original*"; L. Varela a traduz da maneira mais literal: "*Ninguna moda de antaño parece más grotesca que un penacho de sabiduría caduca*". Todas essas possibilidades são igualmente plausíveis. Cabe ao leitor decidir dentre elas, ou aventar alguma outra.

aspirasse passar por um intelecto líder [*commanding intellect*], teria de fazer uma cara feia e declarar: “Não é o negócio da ciência procurar por origens”. Essa máxima era uma obra-prima, já que nenhuma alma tímida, temerosa de ser considerada ingênua, ousaria inquirir quais “origens” havia, embora o confessor secreto compelissem em seu peito a terrível autoconsciência de não fazer idéia acerca de que mais, além de “origens” de fenômenos (em algum sentido daquela palavra indefinida), pode o homem inquirir. Que a razão humana pode compreender algumas causas, é ultrapassado negar; e já que somos forçados a reconhecer um elemento dado na experiência, é razoável esperar evidência positiva antes de complicarmos nosso reconhecimento com qualificações. De outra maneira, por que se aventurar além da observação direta? Ilustrações deste princípio abundam na ciência física. Já que, então, é certo que o homem é capaz de entender as leis e as causas de alguns fenômenos, é razoável assumir que, com respeito a qualquer problema dado, ele seria corretamente resolvido pelo homem, se a ele fossem devotados tempo e atenção suficientes. Além do mais, aqueles problemas que à primeira vista parecem absolutamente insolúveis recebem, naquela mesma circunstância, – como Edgar Poe<sup>16</sup> notou em seu “Os Crimes na Rua Morgue”, – suas chaves mestras<sup>v</sup>. Isto os adapta particularmente ao Jogo do Devaneio.

[461] Quarenta ou cinqüenta minutos de pensamento analítico vigoroso e dispostos conferidos sobre um deles, normalmente bastam para eduzir dele tudo que há para eduzir, [a saber,] sua solução geral. Não há espécie de raciocínio que eu deveria querer desencorajar no Devaneio; e eu deveria lamentar o encontro com alguém que o confinasse a um método de tão moderada fertilidade como o da análise lógica. Somente, o Jogador deveria ter em mente que as mais altas armas no arsenal do pensamento não são brinquedos, mas ferramentas pontiagudas. Em qualquer Jogo simples, elas podem ser usadas apenas para exercício, enquanto a análise lógica pode ser levada à sua eficiência total no Devaneio. Então, continuando os conselhos que me foram pedidos, eu deveria dizer, “Entra em teu bote [*skiff*] de devaneio, faz-te ao lago do pensamento, e deixa o sopro do firmamento enfumar tua vela<sup>vi</sup>. Com teus olhos abertos, acorda para o que está à volta ou dentro de ti e estabelece conversa contigo mesmo; pois assim é toda meditação”. Entretanto, não é uma conversação apenas em palavras, mas é ilustrada, como uma lição, com diagramas e com experimentos.

[462] Pessoas diferentes têm tantos modos maravilhosamente diferentes de pensar, que estaria muito longe de minha competência dizer quais cursos os Devaneios não

---

16. N.T.: Edgar Allan Poe (1809-1849), poeta, contista, jornalista e editor estadunidense. Filho de atores mambembes, nasceu em Boston e foi adotado por um rico comerciante depois da morte de sua mãe, em 1812. Considerado o primeiro grande escritor de histórias policiais, é genial para alguns (dentre os quais Charles Baudelaire (1821-1867) e Walter Benjamin (1892-1940)) e desprezado por outros (por exemplo, Ezra Pound (1885-1972)). Publicou em vida diversos contos e artigos em jornais e alguns volumes de versos, dentre os quais o mais famoso continua sendo *The Raven and Other Poems* (1845). Cria, na novela mencionada por Peirce, uma personagem, o detetive Dupin, cujo método de raciocínio foi comparado à abdução peirciana no livro de Umberto Eco e Thomas A. Sebeok, *O Signo de Três – Dupin, Holmes, Peirce* (traduzido para o português por Silvana Garcia, São Paulo: Editora Perspectiva, 1991, col.: *Estudos*, vol. 21).

poderiam tomar; mas um cérebro dotado com controle automático, – como é indiretamente o do homem, – está tão natural e corretamente interessado nas suas próprias faculdades, que algumas questões psicológicas e semipsicológicas, sem dúvida, seriam tocadas<sup>17</sup>; tais como, na última classe [das semipsicológicas], esta: Darwinistas inventaram, com ingenuidade verdadeiramente surpreendente, e, com confiança ainda mais espantosa, aceitaram como provada uma explicação para as diversas e delicadas belezas das flores, outra para aquela das borboletas, e assim por diante; mas por que é toda a natureza, – as formas das árvores, a composição dos ocasos, – permeada completamente com tais belezas, – e não apenas a natureza, mas do mesmo modo os dois outros universos<sup>18</sup> Dentre questões mais puramente psicológicas, é provável que atraia atenção aquela da natureza do prazer e da dor. Serão meras qualidades de sentimento ou serão, em vez disso, instintos motores atraindo-nos para alguns sentimentos e repelindo outros? Têm o prazer e a dor o mesmo tipo de constituição ou serão nesse aspecto contrastantes, o prazer surgindo da formação ou do fortalecimento de uma associação por semelhança, e a dor do enfraquecimento ou da dilaceração de tal hábito ou concepção?

[463] Especulações psicológicas naturalmente levarão a devaneios [*musings*] acerca de problemas propriamente metafísicos, – um bom exercício para uma mente com uma queda para o pensamento exato. Aqui se encontram aquelas questões que, à primeira vista, não parecem oferecer alavanca para a garra da razão, mas se sujeitam prontamente à análise lógica. Mas haverá problemas de metafísica que inevitavelmente se apresentarão e a análise lógica não bastará para resolvê-los. Alguns dos melhores serão motivados por um desejo de compreender agregados de extensão universal de fenômenos não formulados, mas parcialmente experienciados. Eu sugeriria que o Devaneador [*Muser*] não seja impaciente demais para os analisar, a menos que algum ingrediente significativo seja perdido no processo; mas, que ele comece pela ponderação deles de todo ponto de vista, até que pareça ler alguma verdade sob os fenômenos.

[464] Nesse ponto, uma mente treinada exigirá que seja feito um exame da verdade da interpretação; e o primeiro passo em tal exame deve ser uma análise lógica da teoria. Mas o exame estrito seria uma tarefa um pouco séria demais para o Devaneio de frações de hora, e se for posposto, haverá ampla remuneração mesmo naquelas sugestões para as quais não haja tempo para examinar; especialmente já que umas poucas delas apelarão à razão como tudo, menos como certa.

Deixe o Devaneador, por exemplo, depois de bem apreciar, em sua extensão e profundidade, a inefável variedade de cada Universo, voltar-se a tais fenômenos que, em cada um deles, são da natureza de homogeneidades de conectividade; e que espetáculo se desdobrar! Como uma mera sugestão deles, posso indicar que cada pequena parte de espaço, mesmo remota, está limitada justamente por tantas partes vizinhas como cada outra, sem uma única exceção por toda a imensidade. A matéria da Natureza

17. C.P.: “[...] *but a brain endowed with automatic control, as man’s indirectly is, is so naturally and rightly interested in its own faculties that some psychological and semi-psychological questions would doubtless get touched* [...]”.

18. C.P.: “*but why is all nature – the forms of trees, the compositions of sunsets – suffused with such beauties throughout, and not nature only, but the other two Universes as well?*”

é das mesmas espécies elementares em cada estrela, e o que é ainda mais maravilhoso (exceto por variações de circunstância), através de todo o universo visível, cerca das mesmas proporções de diferentes elementos químicos prevalecem. Embora somente o mero catálogo de componentes conhecidos do carbono já preencheria um volume ingovernável e, talvez, se a verdade fosse conhecida, somente o número de aminoácidos seja ainda maior, é improvável, todavia, que haja mais do que cerca de 600 elementos, dos quais 500 dardejaram rápido demais através do espaço para serem trazidos para baixo pela gravitação da Terra, sendo o corônio o mais vagaroso destes<sup>vii</sup>. Este pequeno número indica [*bespeaks*] comparativa simplicidade estrutural. Todavia nenhum matemático confessará a presente falta de esperança de tentar compreender a constituição do átomo de hidrogênio, o mais simples dos elementos que pode ser mantido na Terra.

[465] Das especulações sobre as homogeneidades de cada Universo, o Devaneador passará naturalmente à consideração de homogeneidades e conexões entre dois Universos diferentes, ou todos os três. Especialmente, neles todos encontramos um tipo de ocorrência, aquela do crescimento, ela mesma consistindo nas homogeneidades de partes pequenas. Isso é evidente no crescimento de movimento em deslocamento e no crescimento de força em movimento. No crescimento também encontramos que os três Universos conspiram; e um traço [*feature*] universal disso é a preparação para estágios tardios em estágios mais precoces. Este é um espécime de certas linhas de reflexão que inevitavelmente sugerirão a hipótese da Realidade de Deus. Não que tais fenômenos não pudessem ser abordáveis, em um [certo] sentido, pela ação do acaso com a menor dose concebível de um elemento mais alto; pois, se por Deus se quiser dizer o *Ens necessarium*, aquela própria hipótese requer que este deva ser o caso. Mas o ponto é que aquele tipo de explicação deixa uma explicação mental exatamente tão necessária quanto antes. Digam-me, sob autoridade suficiente, que toda cerebração depende de movimentos de neurites que obedecem estritamente a certas leis físicas e que, assim, todas as expressões de pensamento, tanto externas quanto internas, recebem uma explicação física, e estarei pronto a acreditar em vocês. Mas se continuarem a dizer que isso explode a teoria de que meu vizinho e eu somos governados pela razão, e somos seres pensantes, devo francamente dizer que isto não me fará ter uma opinião elevada de sua inteligência. Mas, entretanto, seja como for, no Puro Jogo de Devaneio a idéia da Realidade de Deus deverá ser certamente considerada, mais cedo ou mais tarde, como uma fantasia atraente que o Devaneador desenvolverá de várias maneiras. Quanto mais a ponderar, mais ela encontrará resposta em cada parte de sua mente, pela sua beleza, por suprir um ideal de vida e pela sua explicação completamente satisfatória de todo seu tríptico meio-ambiente.

## II

[466] A hipótese de Deus é uma hipótese peculiar, porque [*in that*] supõe um objeto infinitamente incompreensível, embora toda hipótese, como tal, suponha ser seu objeto verdadeiramente concebido na hipótese. Isto deixa à hipótese somente um jeito de entender a si mesma, a saber, como vaga, apesar de que verdadeira à medida que é definida, e como tendente continuamente a definir a si mesma mais e mais, e sem limite. A hipótese, estando assim ela mesma inevitavelmente sujeita à lei do crescimento, parece em sua vagueza representar Deus como tal, embora isto seja contraditado

diretamente na hipótese desde sua primeiríssima fase. Mas esta aparente atribuição de crescimento a Deus, já que é inerradicável da hipótese, não pode, de acordo com a hipótese, ser completamente falsa. Suas implicações concernentes aos Universos serão mantidas na hipótese, enquanto suas implicações concernentes a Deus serão parcialmente desautorizadas, e ainda serão sustentadas como menos falsas do que seria sua negação. Assim, a hipótese nos levará a conceber traços de cada Universo como propósitos; e isto permanecerá ou cairá com a hipótese. Contudo, um propósito envolve essencialmente crescimento e, dessa forma, não pode ser atribuído a Deus. De acordo com a hipótese, ainda será menos falso falar assim do que representar Deus como sem propósito.

[467] Certo como estou, com base na minha própria experiência pessoal, de que todo homem capaz de controlar sua atenção de tal modo a exercer um pensar um pouco exato, se examinar o argumento de Zenão sobre Aquiles e a tartaruga, chegará a pensar, como eu, que isso não passa de uma pegadinha insignificante [*a contemptible catch*], não penso que ou estou, ou deveria estar menos certo fundado no que sei dos efeitos do Devaneio sobre mim e sobre outros, de que qualquer homem normal que considere os três Universos à luz da hipótese da Realidade de Deus e persiga esta linha de reflexão com singeleza científica de coração, virá a ser excitado nas profundezas de sua natureza pela beleza da idéia e pela sua augusta praticidade, mesmo a ponto de amar e adorar sinceramente seu Deus estritamente hipotético e de desejar sobre todas as coisas moldar toda a conduta da vida e todas as fontes de ação em conformidade com aquela hipótese. Agora, estar deliberada e completamente preparado para moldar a conduta em conformidade com uma proposição não é nem mais, nem menos do que o estado mental chamado Acreditar em tal proposição, não importa o quanto seja posposta a sua classificação consciente sob tal *caput*.

### III

[468] Eis meu pobre esboço do Argumento Negligenciado, em grande parte reduzido para trazê-lo para dentro dos limites prescritos para este artigo. Em seguida deveria vir a discussão de sua logicidade; todavia, nada passível de se ler numa sentada poderia eventualmente fazer o leitor compreender a minha prova<sup>19</sup> total dos principais pontos de um tal exame. Posso apenas esperar fazer do resto deste escrito um tipo de sumário, com base no qual alguns possam adivinhar o que tenho a dizer,<sup>20</sup> ou expor uma série de pontos plausíveis por meio dos quais o leitor terá de construir por si mesmo a linha contínua de raciocínio. Em minha própria mente a prova está elaborada e aplico minhas energias para submetê-la à censura pública. Meu presente resumo divide-se ele mesmo em três partes desiguais. A primeira fornecerá os rumos [*headings*] dos diferentes passos de toda inquirição bem conduzida e completa, sem notar possíveis divergências da

19. N.T.: Toda vez que se ler “prova” com inicial minúscula, a palavra traduzida será “*proof*”; “Prova”, com inicial maiúscula, traduz “*Probation*”.

20. C.P.: [:].

norma. Terei de mencionar alguns passos que não têm nada a ver com o Argumento Negligenciado, para mostrar que não adicionam nem ponto nem vírgula à verdade que é invariavelmente trazida exatamente como o Argumento Negligenciado a traz<sup>21</sup>. A segunda parte deverá muito brevemente afirmar, sem argumento (para o qual não há espaço), exatamente onde reside a validade lógica do raciocínio característico de cada um dos principais estágios de inquirição. A terceira parte indicará o lugar do Argumento Negligenciado numa inquirição completa sobre a Realidade de Deus, e deverá mostrar quão bem [o A. N.] preencheria tal lugar, e o que é seu valor lógico, supondo que a inquirição esteja limitada a isto; e deverei adicionar umas poucas palavras para mostrar como ele pode ser suplementado.

[469] Toda inquirição, de qualquer tipo, surge na observação, em um ou outro dos três Universos, de algum fenômeno surpreendente, alguma experiência que ou desapaonta uma expectativa, ou interrompe algum hábito de expectativa do *inquisiturus*<sup>22</sup>; e cada exceção aparente a esta regra apenas a confirma. Há distinções óbvias entre os objetos surpreendentes em casos diferentes; mas por meio deste ligeiro esboço de inquirição tais detalhes não serão notados, especialmente já que é sobre isto que dissertam os livros de lógica. A inquirição começa por ponderar esses fenômenos em todos os seus aspectos, em busca de um ponto de vista com base no qual o maravilhamento deva ser resolvido. Depois de um longo tempo, surge uma conjectura que fornece uma Explicação possível, – pela qual entendo um silogismo que exhibe o fato surpreendente como necessariamente conseqüente segundo as circunstâncias de sua ocorrência junto com a verdade da conjectura crível, como premissas<sup>23</sup>. Por conta dessa Explicação, o inquiridor é levado a considerar sua conjectura, ou hipótese, com favor. Como digo, ele sustenta provisoriamente que ela seja “Plausível”; tal aceitação varia, em casos diferentes, – e razoavelmente, então, – de uma mera expressão sua no modo interrogativo, como uma questão que merece atenção e resposta, passando por todas as avaliações de Plausibilidade, até a inclinação incontrollável a acreditar. Toda a série de ações [*performances*] mentais entre notar o fenômeno maravilhoso e aceitar a hipótese, durante a qual o entendimento usualmente dócil parece segurar o freio entre os dentes e nos deter sob sua mercê, a busca por circunstâncias pertinentes e o assegurar-se delas, às vezes sem nosso conhecimento, seu escrutínio, o labor sombroso, o irromper da conjectura impressionante, a observação de seu ajuste delicado à anomalia, tal como uma chave na fechadura que gira para frente e para trás, e a estimativa final de sua Plausibilidade, – eu reconheço como componente do Primeiro Estágio de Inquirição<sup>24</sup>.

---

21. N.T.: “Porque em verdade vos digo que, até que o céu e a terra passem, nem um jota ou um til se omitirá da lei, sem que tudo seja cumprido”. Evangelho segundo S. Mateus, 5: 18.

22. N.T.: Em latim no original; “o que há de ser inquirido”.

23. C.P.: “*At length a conjecture arises that furnishes a possible Explanation, by which I mean a syllogism exhibiting the surprising fact as necessarily consequent upon the circumstances of its occurrence together with the truth of the credible conjecture, as premisses.*”

24. C.P.: “*The whole series of mental performances between the notice of the wonderful phenomenon and the acceptance of the hypothesis, during which the usually docile understanding seems to hold the bit between its teeth and to have us at its mercy, the search for pertinent circumstances and the laying hold of them, sometimes without our cognizance, the*

Denomino a sua fórmula característica de raciocínio Retrodução, isto é, raciocínio de conseqüente para antecedente. Sob certo aspecto, a designação parece inapropriada; pois, na maioria dos casos em que a conjectura alcança [mounts] os altos picos da Plausibilidade, – e é *realmente* muito digna de confiança, – o inquiridor é definitivamente incapaz de formular o que é a maravilha explicada<sup>25</sup>; ou só o pode assim fazer sob a luz da hipótese. Em suma, em vez de uma Argumentação, é uma forma de Argumento.

[470] A Retrodução não fornece segurança. A hipótese deve ser testada. Tal teste<sup>26</sup>, para ser logicamente válido, deve iniciar honestamente, não como a Retrodução inicia, com escrutínio dos fenômenos, mas com o exame da hipótese, e uma revisão de todos os tipos de conseqüências experienciais condicionais que seguiriam de sua verdade. Isto constitui o Segundo Estágio de Inquirição. Para a sua forma característica de raciocínio, nossa linguagem tem disposto, por dois séculos, felizmente, do nome de Dedução.

[471] A Dedução tem duas partes. Pois seu primeiro passo deve ser, pela análise lógica, explicar a hipótese, isto é, torná-la tão perfeitamente distinta quanto possível. Esse processo, como a Retrodução, é um Argumento, não uma Argumentação. Mas diferentemente da Retrodução, não pode dar errado por falta de experiência, mas, enquanto proceder corretamente, deverá alcançar uma conclusão verdadeira. A Explicação é seguida pela Demonstração ou Argumentação Dedutiva. Seu procedimento é mais bem aprendido do Livro I dos *Elementos* de Euclides<sup>27</sup>, – uma obra-prima que em perspicuidade [*insight*] real é muito superior aos *Analíticos* de Aristóteles<sup>28</sup>, – e as suas numerosas falácias fazem-no deveras instrutivo para um estudante aplicado<sup>29</sup>. Invariavelmente requer algo da natureza de um diagrama; isto é, um “Ícone” ou Signo que representa seu Objeto assemelhando-se a ele. Usualmente, também, necessita de “Índi-

---

*scrutiny of them, the dark laboring, the bursting out of the startling conjecture, the remarking of its smooth fitting to the anomaly, as it is turned back and forth like a key in a lock, and the final estimation of its Plausibility, I reckon as composing the First Stage of Inquiry.”*

25. C.P.: “*Its characteristic formula of reasoning I term Retroduction, i.e. reasoning from consequent to antecedent. In one respect the designation seems inappropriate; for in most instances where conjecture mounts the high peaks of Plausibility – and is really most worthy of confidence – the inquirer is unable definitely to formulate just what the explained wonder is [...]*”.

26. C.P.: início de parágrafo.

27. N.T.: Euclides de Alexandria (c. 330 – c. 260 a. C.), matemático grego, famoso por sua obra *Elementos de Geometria*, onde tratou de geometria plana e sólida, teoria dos números e números irracionais. Sua obra permaneceu basilar e insuperada até a descoberta de outros tipos de geometrias no século XIX.

28. N.T.: Aristóteles (385 ou 384 a. C. – 322 a. C.), lógico, cientista e filósofo grego, estudou na Academia de Platão até a morte deste, e foi preceptor de Alexandre de Macedônia, o Grande, (356 a. C. – 323 a. C.). Por volta de 335 a. C. funda em Atenas o Liceu ou *Peripatos*, escola rival da Academia, onde ensinará durante treze anos. Dentre seus escritos estão *Ética a Nicômaco*, *Física*, *Poética* e *Retórica*, todos de datação incerta.

29. C.P.: “*Its procedure is best learned from Book I of Euclid’s Elements, a masterpiece which in real insight is far superior to Aristotle’s Analytics; and its numerous fallacies render it all the more instructive to a close student.*”

ces” ou Signos que representam seus Objetos por estarem atualmente conectados com eles. Mas é principalmente composto de “Símbolos” ou Signos que representam seus Objetos essencialmente, porque assim serão interpretados. A Demonstração deveria ser, quando pudesse, *Corolarial*. Uma definição acurada da Demonstração Corolarial exigiria uma longa explicação; mas será suficiente dizer que ela se limita a considerações já introduzidas ou mais envolvidas na Explicação de sua conclusão; ao passo que a Demonstração *Teorética* lança mão de processos de pensamento mais complicados.

[472] Tendo sido o propósito da Dedução, o de coligir conseqüentes da hipótese, levado suficientemente adiante, entra a inquirição em seu Terceiro Estágio, o de averiguar o quanto aqueles conseqüentes concordam com a Experiência e de julgar, conseqüentemente, se a hipótese está sensivelmente correta, ou requer alguma modificação não essencial, ou deve ser inteiramente rejeitada. Seu modo característico de raciocínio é a Indução. Tal Estágio tem três partes. Pois ele deve começar com a Classificação, que é uma espécie de Argumento Indutivo Não-Argumentativo, por meio do qual Idéias gerais são adicionadas a objetos de Experiência; ou antes, por meio do qual os últimos são subordinados às primeiras. Seguindo isso, virão as argumentações-testes, as Provas; e toda a inquirição será finalizada com a parte Sentencial do Terceiro Estágio que, por raciocínios Indutivos, avalia singularmente as diferentes Provas, e em seguida as suas combinações, e em seguida faz auto-avaliação exatamente destas mesmas avaliações, e passa o juízo final sobre todo o resultado.

[473] As Provas, ou Argumentações Indutivas diretas, são de duas espécies. A primeira é aquela que Bacon<sup>30</sup> malmente descreveu [*Bacon ill describe*] como “*inductio illa quae procedit per enumerationem simplicem*”.<sup>viii</sup> (Assim, ao menos, ele foi entendido.)<sup>31</sup> Para uma enumeração de casos, não é essencial ao argumento que, por exemplo, não haja tais seres como fadinhas, ou nenhuns eventos como milagres. O ponto é que não há caso bem-estabelecido algum de uma tal coisa. Isto eu chamo de Indução Crua. É a única Indução que conclui uma Proposição logicamente Universal. É o mais fraco dos argumentos, estando propenso a ser demolido em um momento, como aconteceu perto do fim do século XVIII com a opinião do mundo científico segundo a qual não caem pedras do céu. A outra espécie é a Indução Gradual, que faz uma nova estimativa da proporção de verdade na hipótese a cada novo caso; e dado qualquer grau de erro *alguma vez* haverá uma estimativa (ou haveria, se na Prova<sup>32</sup> se persistisse,) que será absolutamente a última a ser infectada com tanta falsidade. A Indução Gradual ou é Qualitativa, ou Quantitativa, e a última ou depende de mensurações, ou de estatísticas, ou de contagens.

---

30. N.T.: Sir Francis Bacon (1561-1626), Barão de Verulamio, Visconde de Santo Albano, *lord chancellor* da Inglaterra (1603-1618), advogado, político, filósofo e mestre da língua inglesa, é lembrado na história da filosofia especialmente por seu *Novum Organum* [*Novo Órganon*] (1620) e por sua *Instauratio Magna* [*Grande Instauração*] (1625), um trecho da qual serviu de epígrafe à *Crítica da Razão Pura* (1781) de Immanuel Kant. Em suas obras apresentou uma teoria da indução, revolucionando metodologicamente o saber científico de sua época, com relação ao medievo.

31. C.P.: sem parênteses.

32. C.P.: “*probation*”.

## IV

[474] Acerca da questão da natureza da validade lógica possuída por Dedução, Indução e Retrodução, o que ainda é uma arena de controvérsia, devo me confinar a enunciar as opiniões que estou preparado a defender com provas positivas. A validade da Dedução foi corretamente analisada, ainda que não muito claramente, por Kant<sup>33</sup>.<sup>ix</sup> Essa espécie de raciocínio lida exclusivamente com Idéias Puras ligando-se primordialmente a Símbolos e, de maneira derivada, a outros Signos de nossa própria criação; e o fato de que o homem tem um poder de Explicar sua própria significação torna a Dedução válida. A Indução é uma espécie de raciocínio que pode nos levar ao erro; mas, está assegurado pelo poder do homem de perceber a Certeza Indutiva, que ela segue um método que, suficientemente persistido, será Indutivamente Certo (o tipo de certeza que temos de que uma moeda perfeita, se lançada para o alto com frequência suficiente, *alguma vez* cairá com a cara para cima) para diminuir o erro abaixo de qualquer grau pré-designado. Em tudo isto, convido o leitor a espiar através do grande fim do telescópio: há uma riqueza de detalhes pertinente que deve aqui ser deixada de lado.

[475] Finalmente chega a questão de fundo da Crítica lógica, [a saber,] qual tipo de validade pode ser atribuído ao Primeiro Estágio da inquirição? Observe-se que nem a Dedução nem a Indução contribuem o menor item positivo para a conclusão final da inquirição. Elas tornam o indefinido definido:<sup>34</sup> a Dedução Explica; a Indução avalia: isso é tudo. Estamos construindo uma ponte em balanço [*cantilever bridge*]<sup>35</sup> de indução, sustentada por escoras e amarras científicas, sobre o abismo que se abre entre o objetivo último da ciência e tais idéias do meio-ambiente do Homem, que sobreviviam a ele durante suas perambulações primevas na floresta, quando sua própria noção de erro era da mais vaga e ainda assim ele conseguia se comunicar com algum companheiro. Até agora, cada plataforma de seu avanço é primeiro assentada somente pela Retrodução,

33. N.T.: Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, primeiro grande nome do movimento filosófico chamado “idealismo alemão”, autor de três “Críticas”: *Kritik der reinen Vernunft* [*Crítica da Razão Pura*] (1781; 1787), *Kritik der praktischen Vernunft* [*Crítica da Razão Prática*] (1788) e *Kritik der Urteilkraft* [*Crítica da Faculdade de Julgar*] (1790).

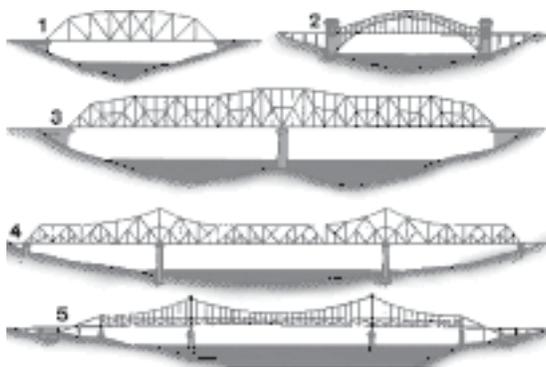
34. C.P.: [;].

35. N.T.: “Ponte em balanço” é como se chama em português a ponte construída com estrutura *cantilever*. Os mais famosos exemplos talvez sejam a *Firth of Forth*, em Queensferry, na Escócia, ponte sobre o estuário do rio Forth, inaugurada em 1890, e a ponte de Québec, no Canadá, sobre o rio Saint Lawrence. No Brasil, sobre o rio Tocantins, a ponte ferroviária entre Aguiarnópolis (TO) e Estreito (MA) é outro exemplo. “*Cantilever*” é o nome que se dá à “[...] viga-mestra que tem um dos extremos livres e uma carga funcionando como peso compensador, ou no outro extremo, que é fixo, ou distribuído igualmente por toda a estrutura”, conforme definição do **Webster’s Third New International Dictionary**. A ponte é sustentada, além de pelas vigas, pela compensação de pesos e tensões sucessivas da estrutura. A metáfora de Peirce indica, assim, que cada conclusão alcançada no processo indutivo do raciocínio humano é sustentada pelo que já foi estabelecido, que dá a base de apoio para as Retroduções subsequentes, em um processo tendente ao infinito. A figura 1 dá um exemplo (n.º 4) desse tipo de ponte comparativamente a outros.

isto quer dizer, pelas conjeturas espontâneas da razão instintiva; e nem a Dedução nem a Indução contribuem um único conceito novo para a estrutura. Nem isto é menos verdadeiro ou menos importante para aquelas inquirições sugeridas pelo auto-interesse.

[476] A primeira resposta que naturalmente damos a tal questão é a de que não conseguimos deixar de<sup>36</sup> aceitar a conjetura em uma avaliação tal como aquela na qual a aceitamos; se como uma simples interrogação, ou como mais ou menos Plausível, ou, ocasionalmente, como uma crença irresistível. Mas longe de constituir, por si mesmo, uma justificação lógica tal como convém a um ser racional produzir [*to put forth*], este pleito, a cuja sugestão *não conseguimos deixar*<sup>37</sup> de ceder, nada mais quer dizer do que uma confissão de haveremos falhado em treinar nós mesmos no controle de nossos pensamentos. É mais propositado, entretanto, urgir que a força do impulso é um sintoma de seu ser instintivo. Animais de todas as raças elevam-se muito acima do nível geral de sua inteligência naquelas ações [*performances*] que são sua função própria, tal como voar e construir ninhos para os pássaros comuns; e qual é a função própria do homem, se não for incorporar idéias gerais em criações de arte, em utilidades e, sobretudo, em cognição teórica? Mentir à própria consciência de adivinhar as razões dos fenômenos seria tão tolo em um homem como seria, para um jovem passarinho, recusar confiança às suas asas e deixar o ninho, porque o pobrezinho leu Babinet e julgou ser impossível a aerostação em solos hidrodinâmicos<sup>x</sup>. Sim; deve ser confessado que, *se soubéssemos* que o impulso para preferir uma hipótese à outra realmente fosse análogo aos instintos de pássaros e vespas, seria tolice não lhe deixar entrar em jogo [*give it play*], dentro dos limites da razão; especialmente uma vez que devemos conceber alguma hipótese, ou então renunciar a todo conhecimento posterior àquele que já ganhamos por aqueles mesmos meios. Mas é um fato que o homem possui essa faculdade mágica? Não, eu replico, a ponto de adivinhar corretamente na primeira vez, nem talvez na segunda;

Figura 1:



By permission. From **Webster's Third New International® Dictionary, Unabridged**©1993 by Merriam-Webster, Incorporated (www.Merriam-Webster.com).

36. C.P.: "... we *cannot help* accepting the conjecture..."

37. C.P.: "... we cannot help yielding to the suggestion..."

mas que a mente bem preparada maravilhosamente logo adivinhou cada segredo da natureza, é [uma] verdade histórica. Todas as teorias da ciência foram assim obtidas. Mas elas não podem ter vindo fortuitamente ou por meio de alguma modificação de acaso, como o darwinista supõe? Eu respondo que três ou quatro métodos independentes de computação mostram que seria ridículo supor que a nossa ciência tenha vindo a acontecer assim. Não obstante, suponhamos que possa ser assim “explicado”, assim como os necessitaristas materialistas supõem que qualquer ato proposital meu vem a acontecer. Mesmo assim, e daí? Tal explanação materialista, supondo-se que aceita, mostra que a razão nada tem a ver com minhas ações? Mesmo os paralelistas<sup>38</sup> admitirão que uma explanação deixa a mesma necessidade da outra que havia antes que ela fosse dada; e isto é certamente lógica sólida. Há uma razão, uma interpretação, uma lógica, no curso do avanço científico;<sup>38</sup> e isto prova, indisputavelmente àquele que tem percepções de relações racionais ou significantes, que a mente do homem deve ter sido afinada à verdade das coisas para descobrir o que ele descobriu. É a própria pedra fundamental da verdade lógica.

[477] A ciência moderna foi construída segundo o modelo de Galileu<sup>39</sup>, que o fundou<sup>40</sup> sobre *il lume naturale*. Aquele profeta verdadeiramente inspirado dissera que, de duas hipóteses, a *mais simples* deve ser preferida<sup>xii</sup>; mas eu fui, inicialmente, um dos que mudaram a máxima, em nossa tola autopresunção de fantasiar a nós mesmos como mais astutos do que ele, para querer dizer a *mais simples logicamente*, a que adiciona o mínimo ao que já foi observado, a despeito de três objeções óbvias: primeiro, de que assim não havia suporte para qualquer hipótese; segundo, que pelo mesmo considerado, nós deveríamos nos contentar simplesmente com formular as observações especiais atualmente feitas; e em terceiro lugar, que todo avanço de ciência que posteriormente abre a verdade para nossa visão descobre um mundo de complicações inesperadas. Foi somente depois de uma longa experiência que minha vista se clareou e minha mente acordou para a plena e flamejante luz do dia, que ela me forçou a perceber que descobertas subseqüentes estavam a mostrar toda vez que eu estivera errado, que deve ser preferida a hipótese mais simples, no sentido da mais fácil e mais natural, aquela que o instinto sugere, enquanto que aqueles que entenderam a máxima como Galileu, logo descobriram o segredo; pela razão de que, a menos que o homem tenha uma tendência natural de acordo com a da natureza, ele não tem nenhuma chance de entender a natureza. Muitos testes deste fato positivo e principal relacionados, tanto com os meus

38. C.P.: [..].

39. N.T.: Galileu Galilei (1564-1642), cientista italiano, um dos primeiros a reivindicar para si a invenção do telescópio; figura central no Renascimento, foi perseguido pela inquisição e obrigado a abjurar suas teorias (é curioso notar que só em 1822 suas obras foram liberadas do *Index*). Em sua obra *Sidereus Nuncius* [*O Mensageiro Celeste*] (1610) desmente a crença de que a superfície da Lua fosse lisa; notadamente em *Il Saggiatore* [*O Ensaíado*] (1623) defendeu o exame matemático da natureza como única forma de reconhecer seus sinais com a certeza de uma demonstração. Com isso, postulava os princípios de toda uma nova concepção de mundo e de ciência, dando importante passo para o abandono da antiga concepção cosmológica aristotélico-ptolomaica adotada pela igreja católica.

40. C.P.: [..].

próprios estudos, quanto com as pesquisas dos outros me confirmaram nesta opinião; e quando eu vier a colocá-los em um livro<sup>xiii</sup>, seu arranjo convencerá a todos. Ah! Não! Estou me esquecendo daquela armadura, impenetrável pelo pensamento acurado, com a qual a hierarquia e a classe [*the rank and file of minds*] das mentes estão vestidas! Elas [as mentes<sup>41</sup>] podem, por exemplo, ter a noção de que a minha proposição envolve uma negação da rigidez das leis de associação: isto estaria bem a par com muito do que é corrente. Eu não quero dizer com isso que a simplicidade lógica é uma consideração sem valor algum, mas apenas que seu valor é malmente secundário, comparado àquele da simplicidade em outros sentidos.

Se, entretanto, a máxima estiver correta no sentido de Galileu, daí segue que o homem tem, em certo grau, um poder divinatório, primário ou derivado, como aquele de uma vespa ou um pássaro, e aí instâncias abundam para mostrar que uma certa peculiar confiança conjunta em uma hipótese, que não deve ser confundida com presunção precipitada, tem um valor muito apreciável como um signo da verdade da hipótese. Lamento não poder dar um relato de certos casos interessantes e quase convincentes. O A. N. instiga essa confiança peculiar no mesmo grau altíssimo.

V<sup>xiv</sup>

[478] Temos agora de aplicar estes princípios à apreciação do A. N. Tivesse eu espaço, poria isto na forma de imaginar quão provável é ser estimado por três tipos de homens;<sup>42</sup> o primeiro, de pouca instrução, com um correspondente fôlego natural, intimamente familiarizado com o A. N., mas para quem a lógica é puro grego; o segundo inflado com noções correntes de lógica, mas prodigiosamente informado acerca do A. N.; o terceiro, um homem de ciência treinado que, dentro do espírito moderno, adicionou à sua especialidade um estudo exato, teórico e prático, do raciocínio e dos elementos do pensamento, de modo que os psicólogos o tomam por um tipo de psicólogo e os matemáticos, por um tipo de matemático.

[479] Eu deveria, então, mostrar como o primeiro teria aprendido que nada tem qualquer valor em si mesmo, - seja estético, moral ou científico, - mas [tem valor] apenas em seu lugar na produção total à qual pertence; e que uma alma individual com suas pequeninas agitações e calamidades é um zero, exceto conforme preencha seu lugar infinitesimal e aceite sua pequena utilidade como todo seu tesouro<sup>43</sup>. Ele verá que,

---

41. N.T.: Nessa passagem, o pronome “*they*” pode ser interpretado de maneira ambígua. O contexto, todavia, é certo: “a hierarquia e a classe das mentes” significa aqui “a maioria das mentes”, ou “a maioria das pessoas”, que Peirce tendia a considerar como desprovidas de pensamento crítico, incapazes de entendê-lo.

42. C.P.: [:].

43. C.P.: “*I should, then, show how the first would have learned that nothing has any kind of value in itself – whether æsthetic, moral, or scientific – but only in its place in the whole production to which it appertains; and that an individual soul with its petty agitations and calamities is a zero except as filling its infinitesimal place, and accepting bis little futility as bis entire treasure.*”

embora seu Deus “*realmente*”<sup>44</sup> (em um certo sentido) não adaptaria meios a fins, é bem verdadeiro, não obstante, haver relações entre fenômenos que a inteligência finita deve interpretar, e interpretar verdadeiramente, como tais adaptações; e ele se congratulará pelos seus próprios pesares mais amargos e louvará a Deus pela lei do crescimento, com toda a pugna que isso impõe a ele, - [o] Mal, isto é, aquilo contra o que é dever do homem lutar, sendo uma das maiores perfeições do Universo. Nesta contenda, ele se empenhará em efetuar [*to perform*] exatamente o dever imposto a ele e nada mais. Embora sua labuta deva resultar nos horrores de seu fracasso total e ele deva ver os inocentes mais caros ao seu coração expostos a tormentos, ao frenesi e ao desespero, destinados a ficar maculados com imundície e atrofiados [*stunted*] em sua inteligência, ele pode, ainda assim, esperar que isso seja melhor *para eles* e contará a si mesmo que, em qualquer caso, o desígnio secreto de Deus será aperfeiçoado por meio de sua agência; e mesmo quando ainda quente da batalha, submeter-se-á com adoração à Sua Santa vontade. Ele não se preocupará com porque os Universos não foram construídos para convir ao esquema de alguma mulher ranzinza tola.

[480] Devo deixar ao leitor que imagine este contexto<sup>xv</sup>. Apenas ajuntarei que o terceiro homem, considerando o complexo processo de autocontrole, verá que a hipótese, embora seja irresistível à primeira intenção, ainda necessita Prova; e que embora um ser infinito não esteja preso a consistência alguma, mesmo assim o homem, como qualquer outro animal, é dotado com poder de entender suficiente para a conduta da vida. Isso o leva, para testar a hipótese, a considerar a sua posição acerca do Pragmaticismo, que implica fé no senso-comum e no instinto, embora apenas como se resultassem do cadinho-decantador [*cupel-furnace*] da crítica medida. Em suma, ele dirá que o A. N. é o Primeiro Estágio de uma inquirição científica, que resulta em uma hipótese da mais alta Plausibilidade, cujo último teste deve residir, em seu valor, no crescimento autocontrolado da conduta da vida do homem<sup>xvi</sup>.

## ADITAMENTO<sup>45</sup>

### A.

[486] Um ninho de três argumentos para a Realidade de Deus foi agora esboçado, embora nenhum deles pudesse, dentro dos limites de um único artigo, ser justamente [*fairly*] apresentado. O primeiro é aquela meditação sobre a Idéia de Deus, inteiramente honesta, sincera e não afetada, porquanto não premeditada, à qual o Jogo do Devaneio, mais cedo ou mais tarde, levará, e que produzirá, pelo desenvolvimento de um sentido profundo da adorabilidade daquela Idéia, uma Crença Verdadeiramente religiosa em Sua Realidade e Sua proximidade. É um argumento razoável, porque resulta naturalmente

44. C.P.: “really” sem ênfase.

45. N.T.: Este é o texto de *The Essential Peirce*. Os números em itálico entre colchetes indicam as mudanças de páginas. Os quatro primeiros parágrafos são iguais aos do “aditamento” dos *Collected Papers*.

na mais intensa e vívida determinação (*Bestimmung*<sup>46</sup>) da alma na direção de moldar toda a conduta do Devaneador em conformidade com a hipótese de que Deus é Real e muito próximo; e tal determinação da alma com relação a qualquer proposição é a própria essência de uma Crença vívida em tal proposição. Este é aquele “argumento humilde”, aberto a todo homem honesto, que eu suspeito haver feito mais veneradores de Deus do que qualquer outro.

[487] O segundo do ninho é o argumento que me parece ter sido “negligenciado” por escritores de teologia natural, e consiste em mostrar que o argumento humilde é o fruto natural de meditação livre, já que cada coração será arrebatado pela beleza e pela adorabilidade da Idéia, quando então for possuído. Fossem os teólogos capazes de perceber a força deste argumento, fariam dele uma apresentação tal da natureza humana universal de modo a mostrar que uma tendência latente na direção da crença em Deus é um ingrediente fundamental da alma, e que, longe de ser um ingrediente vicioso ou supersticioso, é simplesmente o precipitado natural da meditação sobre a origem dos Três Universos. Obviamente, não poderia ter, não mais do que qualquer outra argumentação teológica, o valor ou a vitalidade religiosa do “Argumento Humilde”; pois seria uma apologia somente, - uma descrição vindicativa, - das operações mentais que o Argumento Humilde atualmente e ativamente vivifica. Embora este seja propriamente o argumento negligenciado, mesmo assim eu algumas vezes usei a abreviatura “o A. N.” para todo o ninho dos três.

[488]. O terceiro argumento do ninho consiste em um estudo de metodêutica lógica, iluminado pela luz de um conhecimento por contato [*acquaintance*] de primeira mão com o pensamento científico genuíno, - o tipo de pensamento cujas ferramentas literalmente compreendem não meramente Idéias de exatidão matemática, mas também o aparato do manipulador habilidoso, atualmente em uso. O estudante, aplicando aos próprios hábitos treinados de pesquisa a arte da análise lógica, - uma arte tão elaborada e metódica quanto a do analista químico, - compara o processo de pensamento do Devaneador sobre os [447] Três Universos com certas partes do trabalho de descoberta científica, e encontra que o “Argumento Humilde” não é nada a não ser uma instância do primeiro estágio de todo este trabalho, o estágio de observar os fatos, de rearranjá-los de modo variegado e de ponderá-los até que, por suas reações com os resultados de experiência científica prévia, haja “evoluído” (como dizem os químicos) uma hipótese explicativa. Ele notará, entretanto, que esta instância de Retrodução, inegável como esta característica é, aparta-se amplamente do curso [*run*] ordinário de instâncias, especialmente em três aspectos. Em primeiro lugar, a Plausibilidade da hipótese alcança uma altura quase sem paralelo dentre as hipóteses paralelamente formadas. Tão difícil é duvidar da Realidade de Deus, quando a Idéia brotou de Devaneios, que há um grande perigo de que a investigação parará neste primeiro estágio, devido à indiferença do

---

46. N.T.: em alemão, no original; significa “determinação”, “destinação”. A palavra designa um conceito importante na história da filosofia, tendo, pelo menos, duas acepções mais usuais, a saber, como sinônimo de resolução, em uma tomada de decisão, e como equivalente à definição de um objeto por meio de uma predicação. Nesse sentido é usada na famosa expressão de Espinosa: *omnis determinatio negatio est* [“toda determinação é negação”], posteriormente retomada numerosas vezes, por numerosos pensadores; Peirce a cita em C.P. 2.380.

Devaneador quanto a qualquer prova ulterior dela. Ao mesmo tempo, esta mesma Plausibilidade é indubitavelmente um argumento de não pequeno peso em favor da verdade da hipótese.

[489] Em segundo lugar, embora seja uma função principal de uma hipótese explicativa (e alguns filósofos dizem que a única) excitar na mente uma imagem clara por meio da qual conseqüências experimentais de condições averiguáveis possam ser preditas, embora nessa instância a hipótese possa somente ser apreendida de modo assim tão obscuro que somente em casos excepcionais possa ser feita qualquer dedução direta e definida, baseada em sua interpretação abstrata comum. Por exemplo, como podemos alguma vez esperar ser capazes de predizer qual seria a conduta de qualquer [any]<sup>47</sup> ser onisciente governando não mais do que um pobre sistema solar por apenas um milhão de anos, ou tanto? Quão menos se, sendo também onipotente, seja ele por conseqüência disso liberto de toda experiência, todo desejo, toda intenção! Já que Deus, em Sua característica essencial de *Ens necessarium*, é um espírito desincorporado [*disembodied*], e já que há razão forte para sustentar que o que chamamos consciência seja ou meramente a sensação geral do cérebro, ou alguma parte dele, ou em todos os eventos alguma sensação visceral ou corpórea, Deus provavelmente não tem consciência. A maioria de nós tem o hábito de pensar que a consciência e a vida psíquica são a mesma coisa e, por outro lado, superestimamos em grande medida as funções da consciência<sup>†</sup>.

[490] Os efeitos da segunda peculiaridade da hipótese são neutralizados [*counteracted*] por uma terceira, que consiste na sua imperiosa influência sobre o todo da conduta da vida de seus crentes. [...] <sup>48</sup>.

[481] Desde<sup>xvii</sup> que empreguei a palavra *Pragmaticismo*, e deverei ter ocasião para usá-la ainda mais uma vez, pode talvez ser bom explicá-la. Há cerca de quarenta anos, meus estudos de Berkeley<sup>49</sup>, Kant e outros, depois de convencerem a mim

47. C.P.: [an].

† N. A.: Ver o escrito de James “Does ‘Consciousness’ Exist?”, no *Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Method* 1 (1, setembro, 1904): 477-91. Mas a resposta negativa, em si mesma, não é novidade.

48. N.T.: Cf. nota xvi *infra*.

49. N.T.: George Berkeley (1685-1753), bispo anglicano e filósofo irlandês. Suas principais obras foram todas escritas na juventude e são, a saber, *Um Essai Para uma Nova Teoria da Visão* [*An Essay Towards a New Theory of Vision*], de 1709, *Um Tratado sobre os Princípios do Conhecimento Humano* [*A Treatise on the Principles of Human Knowledge*], de 1710, e *Três Diálogos entre Hylas e Philonos* [*Three Dialogues between Hylas and Philonous*], de 1713. Chamado de “o bom Bispo Berkeley” por Kant, defendia que os “objetos do conhecimento humano” seriam “ou Idéias efetivamente impressas [*actually imprinted*] sobre os Sentidos, ou tais como se fossem percebidas ao se atentar para as Paixões e Operações da Mente”, Berkeley buscou fundamentar uma teoria da percepção em ato que fosse também uma ontologia, afirmando seu famoso *moto: esse est percipi aut percipere*, isto é, “ser é ser percebido ou percepção”. Tentava, fundado nisso, combinar a defesa do senso comum com a da fé religiosa, contra o materialismo dos leigos. Em 1871, Peirce escreveu uma resenha de certa edição de suas obras, em que a teoria de Berkeley servia de ponto de partida para discutir a querela dos universais no medievo e avançar temas de seu realismo.

mesmo de que todo pensar é desempenhado [*performed*] em Signos e de que a meditação toma a forma de um diálogo, de modo que é apropriado falar da “significação” de um conceito, me levaram a concluir que, para adquirir maestria completa daquela significação, é exigido, em primeiro lugar, aprender a reconhecer o conceito sob todo disfarce, mediante a familiaridade extensiva com instâncias dele. Mas isto, no fim das contas, não implica em nenhum entendimento verdadeiro dele; de modo que há um requisito ulterior, [a saber,] deveríamos fazer uma [448] análise lógica abstrata dele até seus últimos elementos, ou uma análise tão completa quanto possamos conceber [*compass*]. Mas, mesmo assim, ainda podemos estar sem qualquer compreensão viva do conceito; e o único jeito de completar o nosso conhecimento de sua natureza é descobrir e reconhecer justamente quais hábitos gerais de conduta uma crença na verdade do conceito (de qualquer assunto concebível, e sob quaisquer circunstâncias concebíveis) razoavelmente desenvolveria; isto quer dizer, quais hábitos ultimamente resultariam de uma consideração suficiente de tal verdade. É necessário entender a palavra “conduta”, aqui, no sentido mais amplo. Se, por exemplo, a predicação de um dado conceito devesse nos levar a admitir que era válida uma dada forma de raciocínio concernente ao assunto [acerca] do qual ela foi afirmada, quando não seria, de outra maneira, válida, o reconhecimento daquele efeito em nosso raciocínio seria decididamente um hábito de conduta.

[482] Em 1871, em um Clube Metafísico em Cambridge, Massachusetts<sup>xviii</sup>, eu costumava pregar este princípio como um tipo de evangelho lógico, representando o método não formulado seguido por Berkeley, e, em uma conversa sobre ele [o princípio], eu o chamei de “Pragmatismo”. Em novembro de 1877 e janeiro de 1878, publiquei a doutrina no *Popular Science Monthly*; e as duas partes do meu ensaio foram publicadas em Francês na *Revue Philosophique*, volumes seis e sete<sup>xix</sup>. Obviamente, a doutrina não atraiu atenção particular, pois, como observei na minha sentença inicial, pouquíssimas pessoas se importam com lógica. Mas em 1897, o Professor James<sup>50</sup> remodelou a matéria, e desfigurou-a [*transmogrified it*] em uma doutrina de filosofia<sup>xx</sup>, algumas partes da qual eu notadamente aprovo, enquanto que outras e mais proeminentes considerei, e ainda considero, opostas à lógica sólida. Mais ou menos no tempo em que o Professor Papini descobriu, para o deleite da escola Pragmatista, que sua doutrina era incapaz de definição<sup>xxi</sup>, o que certamente pareceria distingui-la de toda outra doutrina em qualquer ramo da ciência que fosse, eu estava chegando à conclusão de que minha pobre maximazinha deveria ser chamada por outro nome; e em conformidade com isso, em abril de 1905 eu a renomeei *Pragmaticismo*<sup>xxii</sup>. Nunca antes eu a dignificara com um nome impresso, exceto quando, a pedido do Professor Baldwin, eu escrevera uma definição sua para seu *Dictionary of Psychology and Philosophy*<sup>xxiii</sup>. Não

---

50. N.T.: William James (1842-1910), filósofo e psicólogo estadunidense, considerado “pai” da moderna metodologia em psicologia, por questionar os métodos e o estatuto da então nova ciência. Irmão do escritor Henry James, colega de classe, aluno e amigo de Peirce. De pois de sua morte, Peirce adotou o nome “Santiago”, como tradução de “Saint James”, em sua homenagem. Escreveu *The Principles of Psychology* [*Os Princípios da Psicologia*] (1890), *A Pluralistic Universe* [*Um Universo Pluralista*] (1909) e *Essays in Radical Empiricism* [*Ensaaios de Empirismo Radical*] (1912).

inserir a palavra no *Century Dictionary*, embora eu me encarregasse das definições filosóficas daquela obra; pois eu tenho uma desafeição talvez exagerada por *réclame*<sup>51</sup>.

[483] Aquilo que eu tenho chamado, ao longo deste artigo, de o A. N., porque penso que os teólogos deveriam tê-lo reconhecido como uma linha de pensamento razoavelmente produtiva de crença, é aquele curso de meditação sobre os três Universos que engendra a hipótese e ultimamente a crença de que eles ou, de qualquer modo, dois dos três, têm um Criador independente deles. Este é o argumento “humilde”, o mais interno do ninho. Na mente de um metafísico terá um matiz metafísico; mas isto me parece mais detrá-lo de sua força do que adicionar qualquer coisa a ele. É assim um argumento tão bom, se não melhor, na forma que toma na mente do roceiro [*clodhopper*].

[484] Os teólogos não poderiam ter *apresentado* o A. N., porque isso é um curso vivo de pensamento de formas muito variadas. Mas poderiam e deveriam havê-lo *descrito*, deveriam havê-lo defendido, também, tanto quanto pudessem, sem entrar em pesquisas lógicas originais, o que não poderia ser exatamente esperado [449] deles. Eles estão acostumados a fazer uso do princípio segundo o qual aquilo que convence um homem normal deve ser presumidamente um raciocínio sólido; e, portanto, deveriam dizer o que fosse que possa ser proposto para mostrar que o A. N., se desenvolvido suficientemente, convencerá qualquer homem normal. Infelizmente, acontece que há poucos fatos estabelecidos para mostrar ser este o caso. Não fingi ter qualquer outro fundamento para minha crença de que é assim, além de minha assunção, que cada um de nós faz, de que minha própria disposição intelectual é normal. Sou forçado a confessar que nenhum pessimista concordará comigo. Não admito que os pessimistas sejam, ao mesmo tempo, completamente sãos e, além disso, também sejam normalmente dotados com vigor intelectual; e as minhas razões para pensar assim são duas. A primeira é que a diferença entre uma mente pessimista e uma otimista é de importância tão decisiva [*controlling importance*] com relação a toda atividade intelectual, e especialmente para a conduta da vida, que está fora de questão admitir que ambos são normais, e a grande maioria da humanidade é naturalmente otimista. Ora, a maioria de toda raça pouco se desvia da norma dessa raça. Para apresentar minha outra razão, sou obrigado a reconhecer três tipos de pessimistas. O primeiro tipo é freqüentemente encontrado em naturezas raras e nobres, de grande força de intelecto original, cujas próprias vidas são histórias terríveis de tormento devido a alguma doença física. Leopardi<sup>52</sup> é um exemplo

51. N.T.: Em francês no original; “ato ou efeito de reclamar; reclamação, clamor”. Esta palavra originou, em português, o galicismo “reclame”, isto é, “propaganda”; este parece ser, aqui, o sentido que Peirce quer dar.

52. N.T.: Giacomo Leopardi (1798-1837), poeta, humanista e filósofo italiano, considerado um dos maiores nomes do romantismo e da literatura do século XIX e também o maior poeta italiano depois de Dante Alighieri. Sua produção poética encontra-se reunida sob o nome de *I Canti*; outras obras suas são as *Operette Morali* (1827-1834) e *Zibaldone di Pensieri* (pensamentos e um imenso diário, escritos a partir de 1817, publicados com este título entre 1898 e 1900). De saúde sempre muito débil (sofria de asma, miopia avançada e provavelmente tinha escoliose), ele mesmo ironizava sua própria aparência franzina. Seu estilo mescla rara excelência formal com extraordinária linguagem, ritmo e riqueza de imagens. Sua obra apresenta um dilema entre a poesia e a dor, a grandeza e a infelicidade, o gênio e a brutalidade física entre o homem e a natureza.

famoso. Podemos somente acreditar, contra os protestos enérgicos desses pessimistas, que, se tais homens tivessem uma saúde ordinária, a vida teria usado para eles a mesma cor que para o resto de nós. Entrementes, encontram-se muito poucos pessimistas desse tipo para afetar a presente questão. O segundo tipo é o misantrópico, o tipo que se faz ouvir. É suficiente trazer à mente a conduta dos famosos pessimistas dessa espécie, Diógenes, o Cínico<sup>53</sup>, Schopenhauer<sup>54</sup>, Carlyle<sup>55</sup>, e o parentesco deles com o Timão de Atenas<sup>56</sup> de Shakespeare<sup>57</sup>, para reconhecê-los como mentes enfermas<sup>xxiv</sup>. O terceiro tipo é o filantrópico, pessoas cujas vívidas simpatias, facilmente excitáveis, tornam-se elevadas à cólera com o que consideram como as injustiças estúpidas da vida. Sendo facilmente interessados em tudo, sem estarem sobrecarregados com pensamento exato de qualquer espécie, são matérias-primas excelentes para *littérateurs*: testemunha Voltaire<sup>58</sup>. Indivíduo algum remotamente próximo do calibre de um Leibniz<sup>59</sup> será encontrado entre eles.

- 
53. N.T.: Diógenes de Sinopa (c. 404 – c. 320 a.C.), filósofo grego, talvez o mais notável dos cínicos, grupo de filósofos socráticos que tirou da ironia socrática todos os limites, ampliando-a ao sarcasmo e ao escândalo provocador, colocando forte ênfase no exercício da autarquia, com talvez o maior desprezo já testemunhado na história da filosofia pelas convenções sociais. Diógenes perseguiu esse ideal cínico vivendo uma vida “natural”, independente das luxúrias desnecessárias da civilização. Seguidor de Antístenes, Diógenes acreditava ser a virtude melhor revelada na prática do que na teoria; fez de sua vida um permanente protesto contra o que considerava uma sociedade corrupta. Consta que vivia em uma grande cuba, em vez de em uma casa; e que ainda, certa feita, foi a Atenas com uma lanterna à mão, em plena luz do dia, dizendo procurar um homem honesto, embora nem mesmo assim encontrasse algum.
54. N.T.: Arthur Schopenhauer (1788-1860), filósofo alemão cuja principal obra é *Die Welt als Wille und Vorstellung* [O Mundo Como Vontade e Representação] (1818). Frequentemente chamado de “filósofo do pessimismo”, influenciou fortemente não só filósofos, mas também outros escritores: Nietzsche, Freud, Jung, Tolstoi e T. S. Eliot, por exemplo. Primeiro filósofo ocidental a dialogar com o pensamento oriental, notadamente com os Vedas e o budismo, foi expoente de uma doutrina metafísica da vontade, que formulou antagonicamente à doutrina idealista de Hegel. Segundo tal doutrina, a vontade constitui o cerne de tudo; embora seja inteiramente real, entretanto, ela não é livre, nem possui qualquer propósito ulterior. Em vez disso, se autoconsome, é desinteressada e negativa, sendo a vida só sofrimento. Também na natureza tudo se resume à vontade – expressões da vontade são vistas por toda parte: na luta dos animais, no brotar de uma semente, na atração do ímã. Os seres humanos, segundo tal teoria, são criaturas ativas que se encontram compelidos a amar, odiar, desejar e rejeitar. O único propósito na vida deve ser, por conseguinte, escapar do determinismo da vontade e de seus conflitos dolorosos.
55. N.T.: Thomas Carlyle (1795-1881), historiador e ensaísta escocês, um dos grandes escritores conservadores do século XIX, autor de *The French Revolution* [A Revolução Francesa] (1837), em três volumes, e de *The History of Friedrich II of Prussia, called Frederick The Great* [A História de Friedrich II da Prússia, chamado Frederick O Grande], em seis volumes. Em seu *On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History* [De Heróis, do Culto aos Heróis e do Heróico na História] (1841), apresentou uma teoria da importância suprema dos indivíduos no curso da história, discutindo a vida, dentre outras personagens, de Dante, Lutero e Napoleão Bonaparte. Tanto seu caráter pessoal quanto seu pensamento pouco se prestam a resumos. Defensor da coragem, da tolerância e da resistência, crítico e desafeto de Darwin, teísta heterodoxo e apaixonado, crítico radical da democracia, seus escritos refletem sua personalidade controversa.

[485] O terceiro argumento, envolvendo e defendendo os outros dois, consiste no desenvolvimento daqueles princípios de lógica de acordo com os quais o argumento humilde é o primeiro estágio de uma inquirição científica sobre a origem dos Três Universos, mas de uma inquirição que produz, não meramente a crença científica, que sempre é provisória, mas também uma crença prática, vívida, logicamente justificada para cruzar o Rubicão com toda a fretagem da eternidade<sup>60</sup>. A apresentação deste argumento requereria o estabelecimento de diversos princípios lógicos com os quais os lógicos dificilmente sonharam, e particularmente de uma prova estrita da correção [*correctness*] da máxima do Pragmaticismo. Meu ensaio original, tendo sido escrito para um mensário popular, assume, por nenhuma razão especial a não ser a de que a inquirição real não pode começar até que um estado de dúvida real surja e termine tão logo a crença seja alcançada, que “um estabelecimento de Crença”, ou, em outras palavras,

56. N.T.: Uma das últimas tragédias de W. Shakespeare, *The Life of Timon of Athens* [A Vida de Timão de Atenas] (publicada em 1623), em cinco atos, inspirada em Timão de Flio (c. 320(?) – 230(?) a.C.), poeta e filósofo cético grego, aluno de Stilpo de Megara e herdeiro intelectual de Pirro de Élis. A primeira parte da peça apresenta um Timão misantropo, lisonjeado e parasitado na prosperidade, mas abandonado quando empobrece. Na segunda parte, Timão encontra ouro e volta a atrair o interesse dos que o abandonaram antes.
57. N.T.: William Shakespeare (1564-1616), ator, escritor, poeta e teatrólogo inglês, autor de várias comédias, tragédias e poemas, dentre os quais podemos citar *The Comedy of Errors* [A Comédia dos Erros] (publicada em 1623), *The Tragedy of Hamlet, Prince of Denmark* [A Tragédia de Hamlet, Príncipe da Dinamarca] (publicada em 1603-04), *Macbeth* (publicada em 1623), *A Midsummer Night's Dream* [Sonho de uma Noite de Verão] (publicada em 1600), *The Tempest* [A Tempestade] (publicada em 1623), dentre outras.
58. N.T.: François-Marie Arouet (1694-1778) assumiu o pseudônimo de Voltaire numa ocasião em que lhe foi dada voz de prisão na Bastilha. Literato, poeta, dramaturgo, historiador, filósofo, correspondente de reis, panfletista e militante político, um dos principais nomes do iluminismo francês, Voltaire escreveu sobre a tolerância religiosa, a paz e a liberdade na política, o empreendimento na economia e a liderança intelectual nas artes. Dentre suas obras estão: *Lettres Anglaises* [Cartas Inglesas] (1734); *Siècle de Louis XIV* [Século de Luís XIV] (1751); *Dictionnaire Philosophique Portatif* [Dicionário Filosófico Portátil] (1764); e *Candide, ou l'otimismo* [Cândido, ou o Otimismo] (1759), onde satiriza a figura de Leibniz com a personagem do Dr. Pangloss.
59. N.T.: Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), filósofo, lógico, matemático e conselheiro político alemão. Frequentemente descrito como o último dos gênios universais, sua erudição ia da física à filologia. Leibniz inventou, independentemente de Isaac Newton, o cálculo diferencial e integral, foi o primeiro em reconhecer o princípio da explicação psicológica no jogo das representações do subconsciente e dos primeiros a investigar os fundamentos do princípio de conservação de energia. Suas obras filosóficas mais importantes são o *Discours de Metaphysique* [Discurso de Metafísica] (1686), *La Monadologie* [A Monadologia] (1714) e os *Nouveaux Essais de l'Entendement Humain* [Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano] (redigidos em 1701-1704 e publicados somente em 1765).
60. N.T.: Uma digressão a mais. Leibniz, no *Discurso de Metafísica*, escreve: “[...] se alguém fosse capaz de levar a cabo toda a demonstração, em virtude da qual provaria esta conexão do sujeito, César, e do predicado, a sua empresa bem-sucedida, mostraria efetivamente ter a ditadura futura de César seu fundamento em sua noção ou natureza, e

um estado de *satisfação*, é tudo em que consiste a Verdade, ou o alvo da inquirição. A razão que eu [450] dei para isto era tão frívola, ao passo que a inferência era tão próxima do cerne [*gist*] do Pragmatismo, que, devo confessar, poder-se-ia dizer com alguma justiça que o argumento daquele ensaio assumia o ponto que pretendia provar [*to beg the question*]<sup>61</sup>. A primeira parte do ensaio, entretanto, ocupa-se em mostrar que, se a Verdade consiste na satisfação, ela não pode ser alguma satisfação *atual*, mas deve ser a satisfação que *seria* ultimamente encontrada se a inquirição fosse levada ao seu último e irrevogável desfecho. Esta é, faço questão de indicar, uma posição muito diferente daquela do Sr. Schiller<sup>62</sup> e dos pragmatistas de hoje em dia. Confio que acreditarão em mim quando digo que é apenas um desejo de evitar ser mal-entendido em consequência de minhas relações com o pragmatismo, e de jeito nenhum como se eu estivesse arrogando qualquer imunidade superior ao erro, que tenho boas razões demais para saber que não aprecio, isto me leva a expressar meus sentimento pessoais acerca de seus princípios. Sua posição manifestamente indefinível, se não for capaz de caracterização lógica, parece-me ser caracterizada por um ódio colérico da lógica estrita, e mesmo

---

por ela mostrar-se-ia a razão pela qual preferiu atravessar o Rubicão a deter-se nele, e porque ganhou em vez de perder a batalha de Farsália; e ser razoável e, por consequência, seguro, tal acontecer, mas não por ser necessário em si, nem pelo seu contrário implicar contradição. Quase como é razoável e certo que Deus fará sempre o melhor, embora o menos perfeito não implique contradição [...]. Ora, nada é necessário se o oposto for possível” [§ 13]. Nessa noção de Leibniz, de que as verdades contingentes são *certas*, mas não *necessárias*, está implicada toda uma teoria da liberdade, segundo a qual, embora siga os desígnios divinos, “o homem fará sempre, embora livremente, o que lhe parecer melhor” [*idem*]. Leibniz garante para as ações humanas, assim, a indeterminação do possível, ou seja, o caráter de verdade contingente, aquela cujo contrário é possível, embora não ocorra de fato. Esse tipo de verdade, mesmo demonstrando, de direito, que os predicados de um sujeito estão contidos na noção individual desse sujeito, não tem o mesmo caráter de necessidade (apodítica, dirá Kant) que as demonstrações das verdades da metafísica ou da geometria, estas sim, absolutamente necessárias.

61. N.T.: A expressão “*to beg the question*” traduz a expressão latina *petitio principii*, ou seja, “petição de princípios”, que, por sua vez, traduzia a expressão grega  $\sigma\acute{\omicron}\tau\eta\mu\acute{\iota}\alpha\theta\beta\delta\iota\acute{\iota}\pi\delta\iota\rho\pi\eta$ , “assumir no início” (cf. Aristóteles, *Primeiros Analíticos*, II: 16; 64<sup>b</sup> 28). “*To beg the question*” quer dizer, portanto, assumir como ponto de partida justamente o que se quer provar. Em linguagem coloquial, a expressão pode significar, ainda, “esconder a questão” e “colocar em questão”, “chamar a questão”. Tais usos, contudo, ainda não são plenamente aceitos.
62. N.T.: Ferdinand Canning Scott Schiller (1864-1937), filósofo dinamarquês de formação britânica, lecionou nas universidades de Oxford, na Inglaterra, e Cornell, nos Estados Unidos, dentre outras. Oponha-se ao idealismo filosófico dominante na Inglaterra de fins do século XIX. Foi o primeiro filósofo pragmatista da Inglaterra, defendendo os princípios do pragmatismo tal como exposto por William James, chamando a sua própria teoria de *humanismo*. Das suas obras principais, podem ser citadas *Riddles of the Sphinx: A Study in the Philosophy of Evolution by a Troglodyte* [*Enigmas da Esfinge: Um Estudo sobre a Filosofia da Evolução por um Troglodita*] (1891), *Humanism: Philosophical Essays* [*Humanismo: Ensaios Filosóficos*] (1903) e *Formal Logic: A Scientific and Social Problem* [*Lógica Formal: Um Problema Científico e Social*] (1931).

alguma disposição para taxar qualquer pensamento exato que interfira com suas doutrinas como se fosse trapaça total. Ao mesmo tempo, parece-me claro que sua aceitação aproximada do princípio Pragmatista, e mesmo aquele próprio jogar de lado das distinções difíceis (embora eu não possa aprová-lo), ajudou-os em um discernimento demasiadamente claro de algumas verdades fundamentais que outros filósofos só viram através de uma névoa, e a maioria deles sequer chegou a ver. Dentre tais verdades, - todas elas antigas, obviamente, embora reconhecidas por poucos, - reconheço sua refutação do necessitarismo; sua rejeição de qualquer “consciência” diferente de uma sensação visceral ou de outra sensação externa; seu reconhecimento de haver, no sentido Pragmatista, hábitos Reais (que Realmente *produziriam* efeitos, sob circunstâncias que pode acontecer de não se tornarem atualizadas, e que, assim, são gerais Reais); e sua insistência em interpretar todas as abstrações hipostáticas em termos de aquilo a que elas *viriam* ou *poderiam* chegar no concreto (não atualmente *virão* ou *poderão*). Parece-me uma pena que eles devam permitir que uma filosofia tão cheia de vida se torne infetada com sementes de morte em tais noções como aquela da irrealidade de todas as idéias de infinidade<sup>xxv</sup> e aquela da mutabilidade da verdade<sup>xxvi</sup>, e em tais confusões de pensamento como aquela [que confunde] disposição ativa (estar disposto a controlar o pensamento, a duvidar e a ponderar razões) [com] disposição de não exercer a vontade (estar disposto a acreditar)<sup>63</sup>.<sup>xxvii</sup>

## B.

<sup>xxviii</sup>[486] Um ninho de três argumentos para a Realidade de Deus foi agora esboçado, embora nenhum deles pudesse, dentro dos limites de um único artigo, ser justamente apresentado. O primeiro é aquela meditação sobre a Idéia de Deus, inteiramente honesta, sincera e não afetada, porquanto não premeditada, à qual o Jogo do Devaneio, mais cedo ou mais tarde, levará, e que produzirá, pelo desenvolvimento de um sentido profundo da adorabilidade daquela Idéia, uma Crença Verdadeiramente religiosa em Sua Realidade e Sua proximidade. É um argumento razoável, porque resulta naturalmente na mais intensa e vívida determinação (*Bestimmung*) da alma na direção de moldar toda a conduta do Devaneador em conformidade com a hipótese de que Deus é Real e muito próximo; e tal determinação da alma com relação a qualquer proposição é a

63. N.T.: No original: “[...] *and in such confusions of thought as that of active willing (willing to control thought, to doubt, and to weigh reasons) with willing not to exert the will (willing to believe).*” Atenção ao jogo de palavras impossível de reproduzir com a mesma força em português, o que demanda alguma explicação. Em inglês, a palavra “*will*”, como substantivo do jargão filosófico, é tradicionalmente traduzida como “vontade”; sua significação vernacular é mais ampla, todavia, podendo ser traduzida como “desejo” e, como verbo, por “querer”, “ter a intenção certa de”, por exemplo. A palavra “*willing*”, de mesmo radical, pode significar “com vontade de”, “desejoso”, “com a intenção de” e, também, por exemplo, “estar disposto a” ou “ter disposição para”, o que indica a grande amplitude semântica e sintática do vocábulo; no contexto acima, é possível utilizá-lo tanto com função substantiva, quanto com função adjetiva, pelo menos. Percebe-se, então, a intenção de Peirce em confrontar as várias nuances possíveis de significação.

própria essência de uma Crença vívida em tal proposição. Este é aquele “argumento humilde”, aberto a todo homem honesto, que eu suspeito haver feito mais veneradores de Deus do que qualquer outro.

[487] O segundo do ninho é o argumento que me parece ter sido “negligenciado” por escritores de teologia natural, e consiste em mostrar que o argumento humilde é o fruto natural de meditação livre, já que cada coração será arrebatado pela beleza e pela adorabilidade da Idéia, quando então for possuído. Fossem os teólogos capazes de perceber a força deste argumento, fariam dele uma apresentação tal da natureza humana universal de modo a mostrar que uma tendência latente na direção da crença em Deus é um ingrediente fundamental da alma, e que, longe de ser um ingrediente vicioso ou supersticioso, é simplesmente o precipitado natural da meditação sobre a origem dos Três Universos. Obviamente, não poderia ter, não mais do que qualquer outra argumentação teológica, o valor ou a vitalidade religiosa do “Argumento Humilde”; pois seria uma apologia somente, - uma descrição vindicativa, - das operações mentais que o Argumento Humilde atualmente e ativamente vivifica. Embora este seja propriamente o argumento negligenciado, mesmo assim eu algumas vezes usei a abreviatura “o A. N.” para todo o ninho dos três.

[488]. O terceiro argumento do ninho consiste em um estudo de metodêutica lógica, iluminado pela luz de um conhecimento por contato de primeira mão com o pensamento científico genuíno, - o tipo de pensamento cujas ferramentas literalmente compreendem não meramente Idéias de exatidão matemática, mas também o aparato do manipulador habilidoso, atualmente em uso. O estudante, aplicando aos próprios hábitos treinados de pesquisa a arte da análise lógica, - uma arte tão elaborada e metódica quanto a do analista químico, - compara o processo de pensamento do Devaneador sobre os Três Universos com certas partes do trabalho de descoberta científica, e encontra que o “Argumento Humilde” não é nada a não ser uma instância do primeiro estágio de todo este trabalho, o estágio de observar os fatos, de rearranjá-los de modo variegado e de ponderá-los até que, por suas reações com os resultados de experiência científica prévia, haja “evoluído” (como dizem os químicos) uma hipótese explicativa. Ele notará, entretanto, que esta instância de Retrodução, inegável como esta característica é, aparta-se amplamente do curso ordinário de instâncias, especialmente em três aspectos. Em primeiro lugar, a Plausibilidade da hipótese alcança uma altura quase sem paralelo dentre as hipóteses paralelamente formadas. Tão difícil é duvidar da Realidade de Deus, quando a Idéia brotou de Devaneios, que há um grande perigo de que a investigação parará neste primeiro estágio, devido à indiferença do Devaneador quanto a qualquer prova ulterior dela. Ao mesmo tempo, esta mesma Plausibilidade é indubitavelmente um argumento de não pequeno peso em favor da verdade da hipótese.

[489] Em segundo lugar, embora seja uma função principal de uma hipótese explicativa (e alguns filósofos dizem que a única) excitar na mente uma imagem clara por meio da qual conseqüências experimentais de condições averiguáveis possam ser preditas, embora nessa instância a hipótese possa somente ser apreendida de modo assim tão obscuro que somente em casos excepcionais possa ser feita qualquer dedução direta e definida, baseada em sua interpretação abstrata comum. Por exemplo, como podemos alguma vez esperar ser capazes de predizer qual seria a conduta de um [an] ser onisciente governando não mais do que um pobre sistema solar por apenas um milhão de anos, ou tanto? Quão menos se, sendo também onipotente, seja

ele por conseqüência disso liberto de toda experiência, todo desejo, toda intenção! Já que Deus, em Sua característica essencial de *Ens necessarium*, é um espírito desincorporado, e já que há razão forte para sustentar que o que chamamos consciência seja ou meramente a sensação geral do cérebro, ou alguma parte dele, ou em todos os eventos alguma sensação visceral ou corpórea, Deus provavelmente não tem consciência. A maioria de nós tem o hábito de pensar que a consciência e a vida psíquica são a mesma coisa e, por outro lado, superestimamos em grande medida as funções da consciência<sup>†</sup>.

[490] Os efeitos da segunda peculiaridade da hipótese são neutralizados por uma terceira, que consiste na sua imperiosa influência sobre o todo da conduta da vida de seus crentes. De acordo com aquela doutrina lógica que o presente escritor formulou primeiramente em 1873 e nomeou Pragmatismo, o verdadeiro significado de qualquer produto do intelecto está em qualquer que seja a determinação unitária que conferiria à conduta prática sob toda e qualquer circunstância concebível, supondo-se que tal conduta seja guiada pela reflexão levada a um limite último. Ao que parece, este quase foi o caso da filosofia de Sócrates. Mas embora seja “um jeito velho de pensar”, no sentido de que foi praticado por Espinosa<sup>64</sup>, Berkeley e Kant, não estou ciente de que tenha sido definitivamente formulado, seja como uma máxima da lógica, seja de qualquer outra maneira, por qualquer pessoa antes da minha publicação de 1878. Naturalmente, ninguém jamais ouviu falar de pragmatismo. As pessoas não se importam com métodos! Elas querem resultados. Dá a elas todos os diamantes que fizeres, e poderás ter o método de fazê-los por si mesmo. Dessa maneira, até 1898<sup>xxix</sup> – O Professor James apoderouse da coisa antiga, dignificou-a chamando-a por seu nome impresso (que eu nunca o fizera, mesmo quando estava encarregado da parte filosófica do *Century Dictionary*), poliu-a e transformou-a em uma doutrina filosófica – não teve qualquer fama [vogue] que fosse. Entretanto, não brilhou com a sua fulgência presente até que o Professor

<sup>†</sup> N. A.: Ver o escrito de James “*Does ‘Consciousness’ Exist?*”, no *Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Method* 1 (1, setembro, 1904): 477-91. Mas a resposta negativa, em si mesma, não é novidade.

64. N.T.: Nascido em Amsterdã, em uma família de marranos portugueses, ou seja, judeus convertidos ao cristianismo, que buscava melhor sorte (fosse religiosa ou financeira) nos Países-Baixos, Baruch, Bento ou Benedictus de Espinosa (1632-1677), foi autor pouco prolixo. Dentre suas obras mais importantes estão a *Ética Demonstrada segundo a Ordem Geométrica* [*Ethica Ordine Geometrica Demonstrata*], o *Tratado Político* [*Tractatus Politicus*], ambos publicados postumamente, em 1677, e o *Tratado Teológico-Político* [*Tractatus Theologico-Politicus*], publicado em 1670. Legou várias expressões à história do pensamento. Uma das mais famosas aparece no segundo livro da *Ética*: “É da natureza da razão perceber as coisas sob um certo aspecto de eternidade [*sub species aeternitatis*]” [*Corolário II, Prop. 44*]. Sendo que só Deus é eterno, o conhecimento, para Espinosa, é, ultimamente, conhecimento de Deus, da Natureza e da união do ser humano com ela. Conhecer é conhecer pela causa, dizendo o modo como as coisas são produzidas, e não pelos efeitos, que já estão prontos. Assim, ao tomar conhecimento daquilo que é eterno, que tudo engendra e que é necessariamente como é, as pessoas poderiam saber de sua própria liberdade, isto é, da necessidade de serem o que são por si mesmos, e não por outros. Sua ética constitui, então, uma tentativa de definir o ser humano tal como é, demonstrando como ele veio a ser e porque ele é tal como é.

Papini<sup>xxx</sup> fizesse a descoberta de que [ela] não pode ser definida – uma circunstância que, acredito, a distingue de todas as outras doutrinas que já foram promulgadas, sejam elas de quaisquer naturezas. Por causa disso, pensei que já era tempo de dar ao meu método uma designação menos distinta, e eu a rebatizei *pragmaticismo*. Pragmaticismo, então, é uma teoria de análise lógica, ou da definição verdadeira; e seus méritos são os maiores na sua aplicação às mais altas concepções metafísicas. Ao mesmo tempo, tais méritos somente podem ser apreciados como o resultado de um longo treinamento. Uma exposição completa da definição pragmaticista de *Ens necessarium* requereria muitas páginas; mas algumas pistas nessa direção podem ser dadas. Um espírito desincorporado, ou pura mente, tem seu ser fora do tempo, já que tudo o que ele esteja destinado a pensar está totalmente em seu ser, em qualquer e em cada tempo prévio. Mas no tempo infinito, ele está destinado a pensar tudo o que for capaz de pensar. A ordem é simplesmente pensada incorporada no arranjo; e o pensamento incorporado de qualquer outro jeito aparece objetivamente como uma característica que é uma generalização de ordem, e que, na falta de qualquer palavra para isso, podemos usar para esta ocasião, “Superordem”. É algo como a uniformidade. A idéia pode ser compreendida se for descrita como aquilo de que ordem e uniformidade são variedades particulares. A pura mente, como criativa de pensamento, deve, até onde seja manifestada no tempo, aparecer como possuidora de uma característica relacionada à capacidade de adquirir hábito, exatamente como [uma] superordem está relacionada com a uniformidade. Imagine-se então, de um modo assim vago, tal como uma coisa pode ser imaginada, uma cosmologia perfeita dos três universos. Ela provaria tudo em relação àquele assunto que a razão poderia desejar; e obviamente tudo o que provaria deve, no fato atual, ser agora verdadeiro. Mas a razão desejaria que aquilo devesse ser provado, a partir do que, seguir-se-ia tudo o que é de fato verdadeiro dos três universos; e o postulado do qual tudo isto se seguiria não deve enunciar fato positivo [*matter of fact*] algum, já que tal fato seria, em consequência disso, deixado inexplicado. Aquela cosmologia perfeita deve, portanto, mostrar que toda a história dos três universos, como tem sido e deve ser [*as it has been and is to be*], seguiria de uma premissa que de modo algum os suporia existir. Além do mais, tal premissa deve ser verdadeira no fato atual. Mas tal premissa deve representar um estado de coisas no qual os três universos fossem completamente nulos. Conseqüentemente, seja no tempo ou não, os três universos devem atualmente ser resultados absolutamente necessários de um estado de nada [*nothingness*] total. Não podemos nós mesmos conceber um tal estado de nulidade [*nility*]; mas podemos facilmente conceber que deveria haver uma mente que o pudesse conceber, já que, afinal de contas, nenhuma contradição pode estar envolvida na mera não-existência. Um estado em que não deveria haver absolutamente nenhuma superordem, qualquer que fosse, seria um tal estado de nulidade. Pois todo Ser envolve alguma espécie de superordem. Por exemplo, supor que uma coisa tenha qualquer característica particular é supor que uma proposição condicional seja verdadeira acerca dela, proposição esta que expressaria alguma espécie de superordem, como qualquer formulação de um fato geral faz. Supor que tenha elasticidade de volume é supor que, se estivesse sujeita à pressão seu volume, diminuiria até um certo ponto, em que a pressão total fosse atingida dentro e fora de sua periferia. Esta é uma superordem, uma lei exprimível por uma equação diferencial. Qualquer superordem assim seria um super-hábito. Qualquer estado geral de coisas de qualquer estirpe seria uma superordem e um super-hábito. Naquele estado de absoluta nulidade, dentro ou fora do tempo, isto é, antes ou depois da

evolução do tempo, deve então ter havido um *tobu-bobu*<sup>65</sup> do qual nada, quer fosse afirmativo, quer fosse negativo, era universalmente verdadeiro. Deve ter havido, portanto, um pouco de tudo [que seja] concebível. Deve ter havido aqui e acolá uma pequena tendência indiferenciada a adquirir super-hábitos. Mas um estado como esse deve tender a *aumentar a si mesmo*. Pois uma tendência para agir de qualquer jeito, combinada com uma tendência a adquirir super-hábitos, deve aumentar a tendência para agir daquele jeito. Ora, substitua-se neste enunciado geral “tendência para agir de certo jeito” por uma tendência a adquirir hábitos, e vemos que aquela tendência crescerá. Tornar-se-ia também diferenciada de vários jeitos. Mas há alguns hábitos que levados além de um certo ponto eliminam seus sujeitos do universo. Isto pode acontecer de muitos jeitos. Dessa maneira, uma tendência para perder massa terminará em uma total perda de massa. Uma tendência para perder energia terminará removendo seu sujeito da existência perceptível. Uma tendência para ganhar energia terminará no lançamento do corpo através do universo, de maneira rápida demais para produzir qualquer efeito etc.

[491] Dentre as muitas considerações pertinentes que foram desencravadas [crowded out] deste artigo, posso mencionar precisamente que poderia ter sido mostrado que a hipótese da Realidade de Deus não é uma conclusão tão logicamente isolada como pode parecer. Ao contrário, é tão conexas com uma teoria da natureza do pensamento, que, se isto for provado, assim é. Pois não há tal dificuldade em rastrear as conseqüências experienciais desta teoria do pensamento como há em tentar delinear diretamente outras conseqüências da realidade de Deus. Em um artigo tão curto, não se poderia esperar que eu devesse considerar objeções. Embora as objeções, tais como são, são óbvias o bastante, e poucas delas assumem à primeira vista um aspecto respeitável. Por exemplo, pode ser dito que, já que eu comparo o poder do homem de adivinhar a verdade com os instintos dos animais, eu deveria haver notado que estes são inteiramente explicados pela ação da seleção natural que dota os animais com tais poderes como um contributo à preservação de suas diferentes linhagens; e que há evidências de que o poder do homem de penetrar os segredos da natureza depende disto, [a saber,] do fato de que todas as ciências bem-sucedidas foram ou mecânicas, no tocante às suas teorias, ou psicológicas. Ora, algumas noções de mecânica são necessárias a todos os animais para habilitá-los a conseguir comida, e são necessárias mais ainda ao homem; enquanto que idéias corretas de o que se passa nas mentes de seus próximos são necessárias para a existência da sociedade, e, portanto, para a propagação de sua espécie. A metafísica, entretanto, não pode adaptar a raça humana para manter a si mesma e, portanto, a presunção [é] a de que o homem não tem um tal gênio para descobertas sobre Deus, a Liberdade e a Imortalidade, assim como tem para a ciência física e a psíquica.

[492]<sup>xxxii</sup> [Nós]<sup>66</sup> não podemos saber nada, exceto o que experienciamos *diretamente*. Assim, tudo o que podemos de alguma maneira saber relaciona-se à experiência. Todas as criações de nossa mente não passam de retalhos da experiência. De forma que todas as nossas idéias são somente idéias de experiências reais ou transpostas. Uma palavra nada pode significar exceto a idéia que convoca. De modo que nem mesmo

65. N.T.: Em francês no original; “caos, desordem”.

66. C.P.: “[We] can know nothing except what we directly experience.”

podemos *falar* sobre qualquer coisa que não seja um objeto cognoscível. O incognoscível acerca do qual Hamilton<sup>67</sup> e os agnósticos falam nada pode ser senão um Cognoscível Incognoscível. O absolutamente incognoscível é uma existência não-existente. O incognoscível é uma heresia nominalista. Ao dar sua adesão àquela doutrina que realmente é sustentada por todos os filósofos de todas as estirpes, nomeadamente, aquela segundo a qual a experiência é tudo o que conhecemos, os nominalistas entendem a experiência em seu sentido nominalista como as meras primeiras impressões sensíveis. Estas “primeiras impressões sensíveis” são criações hipotéticas de metafísica nominalista: eu nego sua existência absolutamente. Mas, de qualquer maneira, mesmo se existirem, não é nelas que consiste a experiência. Por experiência deve-se entender o produto mental inteiro. Alguns psicólogos pelos quais tenho respeito me deterão aqui para dizer que, enquanto admitem que a experiência é mais do que a mera sensação, eles não podem estendê-la ao produto mental todo, pois que isso incluiria alucinações, ilusões, imaginações supersticiosas e falácias de todas as espécies; e que eles limitariam experiência a percepções sensíveis. Mas replico que meu enunciado é o único lógico. Alucinações, ilusões, imaginações supersticiosas e falácias de todas as espécies são experiências, mas experiências mal entendidas, ao passo que dizer relacionar-se todo nosso conhecimento meramente à percepção sensível é dizer que nada podemos saber – nem mesmo equivocadamente – acerca de assuntos mais elevados, como honra, aspirações e amor.

[493] De onde viria uma tal idéia, digamos, como a de Deus, se não da experiência direta? Farias dela um resultado de alguma espécie de raciocínio, bom ou mau? Ora pois, o raciocínio não pode suprir a mente com nada no mundo, exceto uma estimativa do valor de uma razão estatística, isto é, [de] quão freqüentemente certas espécies de coisas são encontradas em certas combinações no curso ordinário da experiência. E o ceticismo, no sentido da dúvida da validade de idéias elementares – o que é realmente uma proposta para colocar uma idéia fora de questão e não permitir inquirição alguma sobre sua aplicabilidade –, está duplamente condenado pelo princípio fundamental do método científico – condenado, primeiro, por obstruir a inquirição, e condenado, segundo, porque está tratando algo diferente de uma razão estatística como uma coisa sobre a qual se deve argumentar. Não: como para Deus, abre teus olhos – e teu coração, que também é um órgão perceptivo – e tu o verás. Mas podes perguntar, Tu não admites haver quaisquer ilusões? Sim: posso pensar que uma coisa é negra, e em um exame detalhado ela pode tornar-se verde-garrafa. Mas não posso pensar que uma coisa é negra se não houver uma tal coisa para ser vista como negra. Nem posso pensar que

---

67. N.T.: Sir William Hamilton (1788-1856), filósofo escocês, 9º. Baronete de Preston. Exponente da filosofia escocesa do senso-comum, defensor e expositor da filosofia de Thomas Reid (1710-1796), oponente do ceticismo empirista de David Hume (1711-1776). Hamilton defendia que a razão humana, em suas limitações, não poderia compreender ou conceber Deus infinito, sendo este incognoscível e inconcebível; só por meio da fé-crença [*faith-belief*] poderíamos aprender o que está além de nosso conhecimento. Suas obras principais são *Discussions on Philosophy and Literature, Education and University Reform* [*Discussões sobre Filosofia e Literatura, Educação e Reforma Universitária*] (coletânea publicada em 1852) e *Lectures on Metaphysics and Logic* [*Lições sobre Metafísica e Lógica*] (coletânea publicada em 1859-60).

uma certa ação é auto-sacrifício, se não existir uma tal coisa como auto-sacrificadora, embora possa ser muito rara. São os nominalistas, e somente os nominalistas, que indulgenciam tal ceticismo que o método científico condena completamente.

## Notas dos editores

- i. N. E. P.: Ms. 841 e P 1166 [N. T.: isto é, manuscrito número 841 e item 1166 de Ketner, Kenneth L., *A Comprehensive Bibliography of the Published Works of Charles Sanders Peirce with a Bibliography of Secondary Studies*. 2<sup>nd</sup> ed. Bowling Green, Ohio: Philosophy Documentation Center, 1986]: *The Hibbert Journal* 7 (Outubro, 1908), pp. 90-112. [Publicado em CP 6.452-91. Em abril de 1908, Peirce foi convidado por seu amigo matemático Cassius J. Keyser a contribuir com um artigo para o *Hibbert Journal*. Peirce aceitou e passou os três meses seguintes escrevendo e reescrevendo diligentemente seu celebrado artigo. A versão final foi entregue nos fins de junho de 1908.] Este é um dos mais enigmáticos escritos de Peirce. Ele esboça um “argumento” que é forte para trazer quem devaneie [*Musement*] a uma crença na realidade de Deus, uma crença exibida na mudança de conduta; mas, acontece que esse argumento não é, definitivamente, uma questão de raciocínio. É mais como uma resposta instintiva à própria idéia de Deus. Em seu adendo, Peirce chama isto de “Argumento Humilde”. O Argumento Negligenciado, ao que parece, é uma “argumentação” para demonstrar como a realidade de Deus pode ser provada com base na atualidade do Argumento Humilde. A negligência é da parte dos teólogos, que demonstraram, surpreendentemente, pouco interesse em por que a mera contemplação da idéia de Deus leva à crença. Uma questão chave é porque nosso “instinto” para adivinhar – *il lume naturale* de Galileu – é tão bem sucedido. Na seção IV, Peirce fornece uma boa abordagem dos três estágios da inquirição científica, mas sua aplicação ao(s) argumento(s) precedente(s) é deixada, em sua maior parte, ao leitor. É uma questão aberta se este artigo é uma elaboração ou uma ofensa contra o pragmatismo.
- ii. N. E. P.: James Mark Baldwin, *Thought and Things: a Study of the Development and Meaning of Thought or Genetic Logic* (Londres: Sonnenschein, 1906), 1: 261.
- iii. N. E. P.: Shakespeare, *Sonho de Uma Noite de Verão* [*A Midsummer Night's Dream*], ato 5, cena 1: “*And as imagination bodies forth | The forms of things unknown, the poet's pen | Turns them to shapes and gives to airy nothing | A local habitation and a name.*”
- iv. N. E. P.: “O vento sopra onde quer/ e ouves o seu ruído,/ mas não sabes de onde vem / nem para onde vai. /Assim acontece com todo aquele que nasceu do Espírito.” João 3:8.
- v. N. E. P.: Edgar Allen [*sic*] Poe (1809-1849) faz seu detetive, Monsieur Dupin, dizer “Parece-me que esse mistério é considerado insolúvel devido exatamente à razão que deveria fazer com que fosse considerado de fácil solução. Refiro-me ao caráter *outré* [exagerado] das circunstâncias que o cercam.” “Os Crimes na Rua Morgue” (primeiramente publicado em 1841), *The Complete Works of Edgar Allan Poe*, ed.: James A. Harrison (New York: Thoams Y. Crowell and Co., 1902), vol. 4. [N. T.: reproduzimos aqui a tradução contida na seguinte edição: Edgar Allan Poe, *Histórias Extraordinárias*, São Paulo: Círculo do Livro, s/d., p. 131.].
- vi. N. E. P.: “*But oars alone can ne'er prevail | to reach the distant coast, | the breath of heaven must swell the sail, | or all the toil is lost.*” William Cowper (1731-1800), “*Human Frailty*,” in: *The Works of William Couper: Comprising His Poems, Correspondence, and Translations. With a Life of the Author, by the Editor, Robert Southey* (Londres: Baldwin and Cradock, 1835-37)

- vii. N. E. P.: Estimativas atuais do número máximo de elementos estão mais próximas de 200 do que das imagens de Peirce.
- viii. N. E. P.: Francis Bacon contrasta “aquela indução que procede por simples enumeração” com a “indução científica” em seu *Novum Organum* (ver especialmente livro I, aforismo 105).
- ix. N. E. P.: *Crítica da Razão Pura*, A154-58, B193-97.
- x. N. E. P.: Jacques Babinet (1794-1872), físico francês conhecido por seu trabalho em meteorologia, ótica e hidrodinâmica; autor do *Résumé complet de la physique des corps impondérables* (Paris, 1825).
- xi. N. E. P.: O *Dictionary of Philosophy and Psychology* (Nova Iorque: Macmillan Co., 1901-2) de J. M. Baldwin define o paralelismo psicológico como “a afirmação de que processos conscientes variam concomitantemente a processos sincrônicos no sistema nervoso, tenham os dois processos uma relação causal direta ou não.” A psicofísica é o ramo da psicologia concernente à mensuração dos efeitos psicológicos da estimulação sensível; é o ramo mais velho da psicologia experimental, considerado que tenha começado com a publicação de *Elemente der Psychophysik* de Gustav Fechner (Leipzig: Breitkopf & Härtel, 1860). No MS 329 (1904), Peirce vê Wilhelm Wundt como o principal propagador do paralelismo psicológico, “aproximadamente, a doutrina segundo a qual mente e matéria são os dois lados de um escudo.”
- xii. N. E. P.: Ver “Diálogos Acerca dos Dois Maiores Sistemas do Mundo”, em *Mathematical Collections and Translations of Thomas Salisbury* (Londres, 1661), 1: 301.
- xiii. N. E. P.: É evidente que tal livro não foi escrito.
- xiv. N. C. P.: Em uma carta a William James, de 17 de novembro de 1908, Pierce diz: “Eu jamais contemplei a possibilidade da última seção ser publicada.”
- xv. N. E. P.: No original, Peirce adicionou a seguinte explicação depois dessa sentença: “Isso é estritamente pertinente. Estou excedendo os limites de meu artigo.”
- xvi. N. E. P.: O manuscrito termina aqui, ao final da quinta seção. Em fins de julho de 1908, o editor do *Hibbert*, L. P. Jacks deixou Peirce saber (por meio de seu amigo comum Cassius J. Keyser) que achara a contribuição de Peirce ser de “valor permanente”, mas que, por causa da complexidade do escrito, ele desejava que Peirce “resumissem o artigo em uma ou duas páginas conclusivas, a ser adicionadas ao artigo, para baldar caviladores descuidados que poderiam dizer, ‘qual, então, precisamente, é o seu argumento negligenciado?’” Peirce escreveu duas versões de seu adendo, que ele chamou de “Aditamento”. Jacks publicou a segunda sem título, uma mera linha vazia servindo para separá-la do fim do artigo. Peirce surpreendeu-se de que o adendo fora publicado completamente, porque, como mais tarde contou a William James, considerava-o algo desagradável e pedira a Jacks que suprimisse “uma pequena passagem que não fosse nem egoísta, nem ofensiva a alguém”, pensando que uma tal injunção asseguraria “a rejeição do todo”. O “Aditamento” publicado na presente edição combina os cinco primeiros parágrafos da primeira versão de Peirce do texto (encontrado no MS 844) com o texto completo da segunda versão. A razão para este amálgama é que apenas na primeira versão Peirce identificou claramente “um ninho de três argumentos” ao qual então se refere na segunda versão.
- xvii. N. E. P.: O texto completo do segundo “Aditamento” começa aqui com este parágrafo. A elipse entre colchetes ao fim do parágrafo anterior indica que o texto do primeiro “Aditamento” continua além daquela sentença (por três páginas e meia), mas não foi incluído aqui para evitar tanto uma transição tosca quanto uma sobreposição. A primeira sentença omitida segue assim: “De acordo com aquela doutrina lógica que o presente escritor formulou primeiro em 1873 e nomeou Pragmatismo, a verdadeira significação de qualquer produto do intelecto está em qualquer que seja a determina-

- ção unitária que conferiria à conduta prática sob toda e qualquer circunstância concebível, supondo-se que tal conduta seja guiada pela reflexão levada a um limite último.” O leitor notará que quando Peirce reescreveu o “Aditamento”, ele regrediu o ano de sua paternidade do pragmatismo de 1873 para 1871.
- xviii. N. E. P.: Sobre as evidências que atestam a existência do Clube Metafísico, ver, de Max Fisch, “*Was There a Metaphysical Club?*”, em *Studies in the Philosophy of Charles Sanders Peirce*, segunda série, ed. Edward C. Moore e Richard S. Robin (Amherst: The University of Massachusetts Press, 1964), 3-23. Fisch concluiu que Peirce fundou o Clube em algum momento na primavera ou no outono de 1871; que o Clube contava dentre seus membros, além de Peirce e dos outros seis mencionados abaixo, com William James e Francis G. Peabody; que as reuniões aconteciam quinzenalmente durante o período mais ativo (1871-72); e que o Clube durou ao menos até o inverno de 1874-75, antes de ser reorganizado em nova forma. Oliver Wendell Holmes (1841-1935), juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, colaborou com o advogado Joseph Bangs Warner (1848-1923) em um comentário sobre o direito consuetudinário. Nicholas St. John Green (1830-1876) ensinou direito na Universidade Harvard. John Fiske (1842-1901), historiador e filósofo, formado na Faculdade de Direito de Harvard.
- xix. N. E. P.: “*The Fixation of Belief*”, em *Popular Science Monthly* 12 (Novembro, 1877): 1-15, *Revue Philosophique* 6 (Dezembro, 1878): 553-69, *Essential Peirce Volume 1 (1867-1893)*: 109-23, e *Chronological edition of the Writings of Charles Sanders Peirce*, volume 3:242-57, 338-55. “*How to Make Our Ideas Clear*”, em *Popular Science Monthly* 12 (Janeiro, 1878): 286-302, *Revue Philosophique* 7 (Janeiro, 1879): 553-69, EP 1: 124-41 e W 3: 257-76, 355-74.
- xx. N. E. P.: William James, *The Will to Believe and Other Essays in Popular Philosophy* (Cambridge: Harvard University Press, 1979; primeira edição 1897).
- xxi. N. E. P.: O filósofo italiano Giovanni Papini (1881-1956) fundou o jornal pragmatista florentim *Leonardo*, que foi editado de 1903 a 1907 (seus contribuidores incluíam Mario Calderoni, G. Vailati, Giuseppe Prezzolini e F. C. S. Schiller). Peirce refere-se ao artigo de Papini “*Introduzione al Pragmatismo*”, que apareceu em fevereiro de 1907 no *Leonardo* e foi traduzido por Katharine Royce com o título “*What Pragmatism Is Like*”, *Popular Science Monthly* 71 (1907): 351-68. A 10 de abril de 1907 Peirce enviou a Papini uma descrição do conteúdo de seu artigo para o *Atlantic Monthly* [N. T.: *Pragmatism*, EP 2: 399-433; incompleto em CP 5.11-13; 464-66; 1.560-62], que houvera sido submetido ao editor Bliss Perry dois dias antes.
- xxii. N. E. P.: Em seu escrito para a *The Monist*, “*What Pragmatism Is*” [N. T.: em CP 5.411-37].
- xxiii. N. E. P.: Ver também a entrada “*Pragmatic and Pragmatism*” no *Dictionary* de Baldwin (1902), 2: 321-22; também em CP 5.1-4.
- xxiv. N. E. P.: O poeta italiano corcunda Giacomo Leopardi (1798-1837) foi conhecido por sua erudição tanto quanto por seus versos líricos. Os misantropos de Peirce são: o filósofo cínico grego não convencional Diógenes de Sinopa (c. 410 – c. 320 a.C.); o filósofo Artur Schopenhauer (1788 – 1860), que viveu a maior parte de sua vida na Alemanha, em retiro; o literato britânico Thomas Carlyle (1795-1881); e Timão, conhecido como o Misanthropo de Atenas (século 5 a.C.), em quem Shakespeare baseou sua peça *Timão de Atenas*.
- xxv. N. C. P.: F. C. S. Schiller, *Humanism*, p. 314, nota, Londres (1903); *Studies in Humanism*, p. 295, Londres (1907).
- xxvi. N. C. P.: William James, *Pragmatism*, p. 59 ss., Nova Iorque (1908).
- xxvii. N. E. P.: Alusão ao livro de William James, *The Will to Believe* (Nova Iorque: Longmans, Green & Co., 1897) e ao seu primeiro capítulo de mesmo título (um discurso publicado em 1896). Sobre a mutabilidade da verdade, ver, por exemplo, a lição de James “*What Pragmatism Means*”, em seu livro *Pragmatism*.

xxviii. N. C. P.: c. 1910; 491 vem de um rascunho alternativo.

xxix. N. C. P.: “*Philosophical Conceptions and Practical Results*”, *The University of California Chronicle*, pp. 24 seq. (1898); reimpresso em *Collected Essays and Reviews*, pp. 406-437 (1920).

xxx. N. C. P.: “*What Pragmatism is Like*”, *Popular Science Monthly*, p. 351, vol. 71 (1907).

xxxi. N. C. P.: De um fragmento não paginado, c. 1896. [N. T.: Os editores dos *Collected Papers* numeraram e intitularam este parágrafo assim: “§7. *Knowledge of God*”].

## Bibliografia

Edições da obra de Peirce utilizadas:

PEIRCE, Charles S. *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Ed.: C. Hartshorne & P. Weiss - vol(s). I-VI- & A. Burks - vol(s). VII-VIII; Cambridge, Massachussets: Harvard University Press, 1931-35; 1958.

———. *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings – volume 2 (1893-1913)*. Edited by the Peirce Edition Project. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1998.

Traduções de “Um Argumento Negligenciado para a Realidade de Deus”:

*UN ARGUMENTO Olvidado a favor de la Realidad de Dios - Introduccion, traduccion y notas de Sara F. Barrena*. Número especial dos *Cuadernos Anuario Filosófico*, Pamplona, Espanha, nº. 34 (1996).

*UN ARGUMENTO Olvidado en favor de la Realidad de Dios*. Tradução com comentários de Lía Varela, 1981. Disponível em <<http://club2.telepolis.com/ohcop/maximo4.html>>, acessado em agosto de 2002.

## Dicionários

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos, *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa*. Brasília, D. F.: Coordenada; Thesaurus, 1983.

CORRÊA, Roberto Alvim, *Dicionário Escolar Francês-Português, Português-Francês*. Rio de Janeiro: FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar)/Ministério da Educação e Cultura, 1958.

*DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. CD-ROM, versão 1.0. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

*GREEK-ENGLISH Lexicon, A*. [compiled by Henry George Liddell and Robert Scott; a new edition revised and augmented throughout by sir Henry Stuart Jones with the assistance of Roderick McKenzie and with the cooperation of many scholars]. Oxford, U. K.: Clarendon Press, 1951.

LITTRÉ, Maximilien Paul Émile, *Dictionnaire de la Langue Française*. 7 volumes. Paris: Jean-Jacques Pauvert, 1958.

*OXFORD English Dictionary* [edited by John Simpson and Edmund Weiner]. 2ª. ed. 20 volumes. Oxford, U. K.: Oxford University Press, 1989.

SERPA, Oswaldo, *Dicionário Escolar Inglês-Português, Português-Inglês*. Rio de Janeiro: FENAME (Fundação Nacional de Material Escolar)/Ministério da Educação e Cultura, 1957.

*WEBSTER'S Third New International Dictionary of the English Language Unabridged* [editor-in-chief: Philip Babcock Gove and the Merriam-Webster editorial staff]. Springfield, Massachusetts: Merriam-Webster, c. 1986.

## Outras obras

ANDERSON, Douglas R. *Strands of System: The Philosophy of Charles Sanders Peirce*. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 1995.

*BÍBLIA de Jerusalém, A*. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Tradução das introduções e notas de *La Sainte Bible*, edição de 1973, publicada sob a direção da *École Biblique* de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

DAVIES, Norman. *Europe – A History*. Oxford, U. K. e Nova Iorque: Oxford University Press, 1996.

ESPOSITO, Joseph. “Peirce and *Naturphilosophie*”. *Transactions of Charles S. Peirce Society – A Quarterly Journal in American Philosophy*, Lubbock, Texas: Institute for Studies in Pragmatism, vol. XIII (1977), nº. 2, p. 122-141.

HOUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura* [Trad.: Álvaro Cabral]. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MATTAR, João. *Raízes – Poemas*. 1ª ed. São Paulo: [s.n.], 1996.

MENAND, Louis. *The Metaphysical Club: A Story of Ideas in America*. Nova Iorque: Farrar, Strauss and Giroux, 2001.

*NUEVO Testamento Trilingüe. Edición crítica de José Maria Bover (4) y José O'Callaghan, presentación por Carlo M. Martini*. 4ª. reimpressão. Madri: BAC [Biblioteca de Autores Cristianos], 1999.

ORANGE, Donna. *Peirce's Conception of God: A Developmental Study*. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

RAPOSA, Michael. *Peirce's Philosophy of Religion*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

ROHATYN, Dennis. "Resurrecting Peirce's 'Neglected Argument' for God". *Transactions of Charles S. Peirce Society – A Quarterly Journal in American Philosophy*, Lubbock, Texas: Institute for Studies in Pragmatism, vol. XVIII (1982), nº. 1, p. 66-74.

V. V. A. A. *Encyclopédie de la Pléiade – Histoire de la Philosophie*. 3 volumes. Paris: Gallimard, 1974.

## Ilustração

Figura 1: <<http://www.m-w.com/mw/art/bridge.htm>>, visitado em 17/12/2002.